

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 058

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 31 DE MAIO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUÍZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

## Ato da Presidência:

### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 04/99

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º, do art. 34, combinado com o inciso XIII, do art. 20, do Regimento Interno desta Casa de Leis,

#### D E C L A R A :

Constituída a Comissão Especial, com duração prevista de 90 (noventa) dias, com o objetivo de somar esforços e gestionar junto ao Poder Executivo, medidas urgentes para a expansão de vagas do curso de Pedagogia, para a formação de professores não habilitados ou que desejam qualificação na área de abrangência da UNIOESTE, composta pelos Deputados Chico Noroeste, Tiago Amorim, Ademir Bier, Irineu Colombo e Edgar Bueno, conforme requerimento aprovado na sessão plenária do dia 29 de abril do corrente ano, de autoria do Deputado Chico Noroeste.

Gabinete da Presidência, em 31.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

### 14ª LEGISLATURA

## ATA DA 045ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1999

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Carlos Simões e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente

Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

#### O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Gostaria que o Senhor 2º Secretário fizesse a leitura na íntegra da Ata, porque a Ata do dia 25 não foi aprovada no dia posterior, por não ter quórum. Apenas 17 Deputados estiveram presentes. No dia seguinte também apenas cinco Deputados estiveram presentes.

Gostaríamos que fosse feito a leitura completa da Ata.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É exatamente o que o Senhor 2º Secretário está fazendo.

Vamos votar agora.

#### O SR. 2º SECRETÁRIO (Augustinho Zucchi)

Apenas para informar, estamos lendo integralmente o que contém a Ata do dia 25 de maio de 1999.

#### (Continua a leitura da Ata)

#### O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Apenas para encaminhar alguns esclarecimentos com relação a Ata que acaba de ser lida pelo Senhor 2º Secretário Augustinho Zucchi.

#### (Lê o requerimento anexo)

#### “REQUERIMENTO

Os Deputados que abaixo subscrevem, informados com a decisão da Presidência desta Casa de Leis, de indeferir a questão de ordem levantada pela Liderança do Governo nesta sessão e, fundamentalmente em função da decisão de Vossa Excelência, de não fazer valer a proporcionalidade regimental impondo aos Deputados que dão sustentação política ao Governo, uma minoria na Constituição da CPI, RESOLVEM em bloco, retirarem suas assinaturas do Requerimento protocolado que con-

stituía uma CPI para averiguar possíveis irregularidades na operação entre SERCOMTEL, Prefeitura de Londrina, COPEL e Banco FonteCindam.

Sala das Sessões, em 25.05.99.

(aa) ADEMAR TRAIANO, MOYSÉS LEÔNIDAS, DUÍLIO GENARI, CEZAR SILVESTRI, RICARDO CHAB, FERNANDO RIBAS CARLI, BETO RICHIA, TIAGO AMORIM, LUIZ ACCORSI, DURVAL AMARAL, KIELSE CRISÓSTOMO, outras ilegíveis”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Presidência esclarece a Vossa Excelência que a Ata, nada mais é, que um relato fiel do que sucedeu na reunião anterior.

Estamos votando a Ata da sessão do dia 25 de maio. Parece-me que a Ata lida pelo Senhor 2º Secretário foi “ipsis litteris” do requerimento.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

O que escutei, naquela sessão que não tivemos quórum para votar, gostaria que o Senhor 2º Secretário pudesse me confirmar isso, foi este o requerimento, pois pareceu que tinha dois requerimentos? Foi este requerimento encaminhado pelo Líder do Governo, e assinado por 18 Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sim. Foi exatamente esse requerimento, sim. Assinado por esses Deputados.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em discussão a Ata.

Em votação a Ata do dia 25 de maio de 1999.

**Aprovada a Ata.**

Passo a palavra ao Senhor 2º Secretário, para que proceda a leitura das Atas das duas sessões anteriores.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Augustinho Zucchi)

Faz a leitura da Ata de número 44, de 26 de maio de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão e votação a Ata da sessão do dia 26 de maio de 1999. **Aprovado.**

O SR. 2º SECRETÁRIO (Augustinho Zucchi)

Faz a leitura do Termo de Ata número 02, de 27 de maio de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão e em votação a Ata da sessão do dia 27 de maio de 1999.

**Aprovado.**

Passo a palavra ao Senhor 1º Secretário, para a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

## Mensagem:

MENSAGEM Nº 010/99

Curitiba, em 31.05.99.

Senhor Presidente.

Através da presente, tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, entre os dias 04 e 16 de junho próximo, com destino aos Estados Unidos da América, a fim de tratar de assuntos particulares, sem qualquer ônus para o Estado do Paraná.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) JAIME LERNER

## Ofícios:

Sob o nº 062/99, do Senhor Alex Canziani, Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Edgar Bueno, que pede esclarecimentos sobre destinação de recursos para construção do centro de eventos no Município de Cascavel. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 355/99, do Senhor Quiélse Crisóstomo da Silva, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Paraná, relativo ao 1º trimestre de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1629/CGOAF/SPES/MTE, da Senhora Maria Elizabeth Santiago Contreiras, Secretária de Políticas de Emprego e Salário, encaminhando cópia do Termo Aditivo nº 008/99 ao Convênio MTB/SPES/CODEFAT/ nº 006/96 - SINE/PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/148/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado par-

cialmente o Projeto de Lei nº 043/99, de autoria do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas inconstitucionais. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/SEEG/149, 150, 151 e 152/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos nºs:

048/99: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Leonardos, com sede e foro no Município de Reserva, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.557. **Anote-se - Arquivo-se.**

246/99: De autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senador Antônio Carlos Magalhães, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.558. **Anote-se - Arquivo-se.**

003/99: De autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe que os recursos mencionados na Lei nº 12.418/99, serão destinados, a partir de 01/03/99, diretamente ao Comitê dos Jogos Mundiais da Natureza, o qual convertido em lei tomou o nº 12.559.

**Anote-se - Arquivo-se.**

488/98: De autoria do Tribunal de Justiça, que extingue os níveis de vencimento F10 e F11, da Tabela 3, do Anexo III, da Lei nº 11.719/97 e Tabela 1 do Anexo II, da Lei nº 11.737/97, referentes aos quadros de servidores dos Tribunais de Justiça e de Alçada, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.650.

**Anote-se - Arquivo-se.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência do Projeto de Lei nº 262/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre as ações e serviços de assistência farmacêutica, executadas, isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como da possibilidade de funcionamento de Farmácia ou Drogaria juntamente com outro ramo de atividade.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

### REQUERIMENTO Nº 1130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a anexação do Projeto de Lei nº 241/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia ao Projeto de lei nº 231/99 de autoria do Dep-

utado Durval Amaral, que tratam da mesma matéria (Proíbe a comercialização e uso de armas de fogo no Estado do Paraná).

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) CESAR SELEME

### REQUERIMENTO Nº 1076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a anexação do Projeto de Lei nº 255/98, item 11 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) NEIVO BERALDIN

### REQUERIMENTO Nº 1069

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 215/99, de minha autoria, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo do Estado do Paraná, a alterar o artigo § 3º da Lei nº 110066/95, que cria e extingue cargos de provimentos em comissão bem como, adota outras providências.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

### REQUERIMENTO Nº 1077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 257/99, de minha autoria, que altera o art. 1º da Lei nº 11.196, de 13 de novembro de 1995 (Utilidade Pública).

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) RICARDO CHAB

### REQUERIMENTO Nº 1104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a convocação do Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Giovani Gionédís, e do Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná, Sr. Reinhold Stephanes, para prestarem esclarecimentos sobre o processo, em andamento, de privatização do BANESTADO.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ANGELO VANHONI

### REQUERIMENTO Nº 1126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, convidado o Reitor da Univer-

cidade Federal do Paraná, Professor Carlos Antunes dos Santos, e o Diretor-Geral do Hospital de Clínicas, Professor Mitsuru Miyaki, para exporem a esta Casa de Leis as dificuldades que hoje afetam o funcionamento deste hospital, que exerce relevante papel no atendimento à saúde pública do povo paranaense.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ANGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 1129

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o uso do horário do pequeno expediente da Sessão Plenária de 16 de junho de 1999 (quarta-feira), para fins de apresentação da pauta do Grito da Terra 1999, por integrantes da FETAEP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná).

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI  
EDGAR BUENO

#### REQUERIMENTO Nº 1101

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Dr. Paulo Antonio Assis, Prefeito do Município de Jardim Olinda.

Dr. Paulo, além de Prefeito de Jardim Olinda, ainda era médico do Hospital Regional de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo, pertencente à Associação Filantrópica de Teodoro Sampaio já por (oito) anos, como clínico geral.

O signatário requer ainda oficie-se do feito ao Sr. Moisés Antonio Assis, seu pai, extensivo a todos seus familiares. O endereço do Sr. Moisés é na R. José Boiko, 93, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) RICARDO MAIA

#### REQUERIMENTO Nº 1123

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação, na Ata de sessão de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Altair Oliveira Pimentel, ocorrido nesta capital na semana próxima passada.

Requer mais que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada, no endereço abaixo.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Altair Oliveira Pimentel nasceu em Guaratinguetá em 15.11.1909. Foi casada com João Lunardelli, pioneiro do norte do Paraná, fundador do município de Porecatu, onde instalou a usina de açúcar e álcool, denominada Usina Central do Paraná. Dona Altair ajudou-o nesse empreendimento e nas instalações de escolas, até nível médio; Colégio Santa Luzia para moças e Colégio Diocesano Padre Calógenas para rapazes. Também obras de assistência social como o Hospital da cidade, núcleos de Assistência Social e Médica e creches.

#### REQUERIMENTO Nº 1135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento de Dom Jerônimo Mazzarotto, Bispo Emérito de Curitiba.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada, bem como a Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital no último dia 22, o Bispo, Emérito de Curitiba, Dom Jerônimo Mazzarotto, com a idade de 101 anos.

Dom Jerônimo Mazzarotto, de família numerosa a quem Deus abençoou, sete doaram-se à causa do Reino: três religiosas e quatro sacerdotes, sendo dois destes, elevados à dignidade episcopal.

Dom Jerônimo Mazzarotto, Bispo Auxiliar de Curitiba, que depois de muitos serviços prestados à comunidade arquidiocesana, foi elevado à condição de Emérito, embora continuasse a desempenhar com zelo apostólico, as funções episcopais, sempre em perfeita sintonia com o Senhor Arcebispo Metropolitano, Dom Pedro Fedalto.

Dom Jerônimo Mazzarotto, nasceu em Curitiba em 1898 e viveu praticamente toda a sua infância no Bairro de Santa Felicidade. Entrou no internato em 1910 para fazer o Seminário Menor. Foi ordenado em 24 de abril de 1921, na Catedral como o primeiro Padre do Clero Secular.

Dentre outras atividades a de Pároco na Cidade de Castro, Capelão do Hospício Nossa Senhora da Luz, Professor do Instituto de Educação e Vigário Geral da Arquidiocese de Curitiba. Foi ainda, o primeiro Reitor da hoje Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Uma das últimas funções pastorais, foi a celebração regular das missas dominicais na Igreja de Santa Terezinha, sendo o fundador da Paróquia.

Grande devoto de Santa Terezinha do Menino Jesus, difundiu essa devoção em Curitiba. Con-

struiu o belo templo a ela dedicado, na Avenida Visconde de Guarapuava. Dom Jerônimo teve a sensibilidade de construir junto a Igreja, edifício destinado a Ação Social, sob a denominação de Ação Social Terezinha, que tanto bem vem fazendo em seus mais de 50 anos de existência.

Passar pelo mundo fazendo o bem é apanágio das almas. Viver em meio de uma sociedade e conquistar-lhe a estima e a veneração é uma felicidade. Foi o que conseguiu S. Exa. Reverendíssima, o saudoso Dom Jerônimo Mazzarotto.

Dedicado até ao sacrifício, nunca conheceu o cansaço, especialmente quando se tratava de aliviar a dor alheia. Onde havia um sofredor, lá estava Dom Jerônimo, a esparzir-lhe sobre a fronte os eflúvios da caridade divina, confortando os aflitos, amparando os fracos.

Entregou sua existência a Deus numa abdição voluntária a todos os bens terrenos para seguir o conselho do Divino Mestre.

Assumiu sem dúvida, responsabilidade sobre-humana mas teve sempre a fortalecer-lhe o ânimo, a graça de Deus.

A piedade e a cultura foram, aliás, penhor que sua missão ter sido, levada a cabo com fervor e unção, características dos verdadeiros servos de Cristo.

O destino privou seus familiares e seus paroquianos do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Dom Jerônimo Mazzarotto.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Dom Jerônimo e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoa a família de Dom Jerônimo para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Jerônimo sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre

o dever de associar-se à dor que abalou a família Mazzarotto, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Altair de Oliveira Lunardelli, ocorrido nesta Capital dia 27.05.99.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31.03.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 89 anos faleceu, nesta Capital, a Senhora Altair de Oliveira Lunardelli dia 27.05.99.

Dona Altair era viúva do Sr. João Lunardelli. Era mãe da Sra. Yvonne Lunardelli Pimentel, esposa do Dr. Paulo Cruz Pimentel, ex-Governador do Estado do Paraná.

Deixou netos e bisnetos.

O passamento de D. Altair de Oliveira Lunardelli veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre os quais este Parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva Altair.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre a Sra. Altair de Oliveira Lunardelli, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoi a família da Sra. Altair para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará sua serva Altair sob sua constante proteção para que renovada pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o

dever de associar-se à dor que abalou a família Oliveira Lunardelli, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário, Sr. Carlos Cesar Rigolino, ocorrido em 29.05.99, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 29, nesta Capital com 82 anos de idade, o Sr. Carlos Cesar Rigolino.

Deixou viúva Dona Zilda, os filhos Jeferson, Carlos e Sueli e netos.

Carlos Cesar Rigolino era empresário dos mais atuantes e pertencia a tradicional família paranaense.

O passamento de Carlos Cesar veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Carlos Cesar Rigolino.

O tempo e a distância jamais poderão pagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Carlos Cesar e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Carlos Cesar Rigolino para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Carlos Cesar sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue a luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções e assim possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Rigolino, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de congratulação ao Pastor José Pimentel de Carvalho, pelo transcurso dos cinquenta anos de Ministério Pastoral, ocorrido no dia 18.05.99.

Requer ainda que seja dado ciência ao homenageado, sito à Rua Cel. Joaquim Sarmento, nº 190, CEP: 80520-230 Bom Retiro, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente homenageado, é uma pessoa muito respeitada e conhecida no meio religioso, e presidente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Curitiba, há mais de trinta e seis anos, onde realizou inúmeros trabalhos assistenciais de grande destaque em nosso Estado, fatos que lhe renderam alguns títulos, tais como: Cidadão Honorário de Curitiba, Cidadão Honorário do Estado do Paraná entre outros.

O bom testemunho de uma vida dedicada ao trabalho pastoral, é comprovada também fora de nosso Estado, onde o Pastor José Pimentel foi eleito por três vezes, Presidente Nacional da Convenção Geral das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Brasil.

Por este legado deixado às novas gerações o Pastor Pimentel, indubitavelmente, merece a admiração e o reconhecimento de toda a sociedade, o que nos honra e motiva a presente congratulação.

#### REQUERIMENTO Nº 1073

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, ao Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, Presidente da FIEP-Federação das Indústrias do Paraná, (Av. Cândido de Abreu, 200 - 6º andar - Ctba.), pela comemoração, em data de hoje (25/5/99) do Dia da Indústria.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Comemora-se hoje o Dia da Indústria. O Brasil e especialmente o Paraná tem muito a comemorar. Desde o século XVIII o termo produzir está no vocabulário do cotidiano paranaense. Naquela

época sentiu-se no Paraná a necessidade de se fazer aqui o próprio produto. Tratava-se de uma produção artesanal e caseira, mas a futura província do Paraná já iniciava alguma atividade industrial. Lã paranaense alimentava as indústrias de fios para confecções de algodão de Sorocaba, madeira daqui transformava-se em móveis e aqui produziam-se cintos, botas, selas, arreios e roupas.

Mas as coisas evoluíram muito e o Paraná é mais uma futura província, mas hoje um futuro em potencial maior pólo industrial do Brasil, podendo fornecer tudo quanto produzir. A palavra produzir continua no dia-a-dia do paranaense, mas agora o significado é outro. O nosso Estado já não produz somente para o próprio consumo. O Paraná mantém pólos industriais capazes de fornecer para outras regiões e exportar.

A potencialidade produtiva do povo paranaense tem atraído mão-de-obra e grandes empresas que trazem investimentos e progresso, gerando empregos e melhorias na nossa qualidade de vida.

Produzir sempre foi o lema do paranaense e hoje, a este lema tem sido acrescentado eficiência, competência, capacidade e tecnologia de ponta. Isso, somado à vocação para trabalhar do nosso povo, faz com que o Paraná esteja atravessando um estágio privilegiado, tendo atraído inúmeras indústrias muito importantes, além de estar experimentando uma maturação de intenções de investimentos em projetos industriais privados e obras de infra-estrutura que o colocam como a segunda carteira industrial do País, perdendo apenas para o Estado de São Paulo e deverá transformar-se na quarta economia do Brasil entre 2001 e 2002.

Esses planos abarcam a instalação de um pólo automotivo, a verticalização das cadeias agrícolas e agroindustrial lideradas pelas cooperativas, a modernização do complexo moveleiro-papeleiro, a ampliação da frente externa, especialmente com o Mercosul, e o melhor aproveitamento e/ou consolidação das vocações e o desenvolvimento das aptidões regionais. Esta última, é a ação de grande importância, pelo fato de valorizar cada região, sua população e seu produto nativo. Assim, a industrialização vai atingir, de forma ordenada, todas as regiões do Estado, não privilegiando apenas alguns locais.

Por todos estes motivos, o Paraná tem muito a comemorar. Em pleno final de milênio, somos o Estado brasileiro que vem apresentando as mais profundas transformações nos setores econômico e social, expressas tanto na densificação da estrutura econômica e produtiva e na reconfiguração urbana e rural, reflexos de todo um processo.

Por todos estes motivos e em reconhecimento ao trabalho constante realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP em prol do

nosso Estado, receba o Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, nesta data de comemoração do Dia da Indústria os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1075

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, ao SESI/Sistema FIEP (Av. Cândido de Abreu, 200 - Ctba.), pela Ação Global, desenvolvida em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Quase um milhão de atendimento nas áreas de saúde, lazer e educação e um público de 329.533 pessoas, que afluiu aos 26 Centros de Atividades do SESI/Sistema FIEP - este é o balanço das atividades de apenas um dia de Ação Global em todo o Estado do Paraná.

A Ação Global, em sua terceira edição, superou este ano as expectativas de público e de serviços prestados. Foram prestados 952.456 atendimentos gratuitos nas seguintes áreas: 14.658 documentos, 43.070 atendimentos de saúde, 44.010 atendimentos odontológicos, 25.135 cursos, 301.428 pessoas atendidas com palestras, 5.932 cortes de cabelo, 196.512 crianças atendidas com lazer, 70.798 pessoas atendidas com esportes, entre outros.

Na data em que foi realizada a Ação Global, a juíza de paz Iara Maria Scheneider, realizou o casamento coletivo de 150 casais.

O SESI/Sistema FIEP, com a Ação Global, que está, mais uma vez, demonstrando sua preocupação com a cidadania, através de uma administração revestida de elevado espírito social.

Pela importante iniciativa da Ação Global, que beneficiou um inestimável número de paranaenses, receba o SESI/Sistema FIEP, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1084

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Laerte e Maria Cichon, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ter-



nura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1085

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Francisco e Francisca Karach, que completou 57 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1086

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João Romoaldo Baida e Marilene Bianco Baida, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos

e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1087

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Sr. Doglair Orlando de Paula Souza, que no dia 1º de abril próximo passado completou 19 (dezenove) anos de atividades profissionais na Comapanhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL. Trata-se de competente profissional que atua na função de Gerente de Agência 8, desde 05.09.95 até a presente data na Agência Centro. Nos dois primeiros anos atuou na função de Atendente de Consumidores I e já no terceiro ano foi promovido para a Gerência de Agência atuando no atendimento direto ao público. Sua permanência ao longo de todo o tempo, ou seja, 17 (dezessete) anos numa mesma função demonstra a qualidade, a seriedade e a competência no desenvolvimento de suas atividades. Nasceu aos 19.08.58 no Município de Antonina, filho do Sr. Dogacir de Paula Souza e Sra. Delma da Silva Souza. Obteve sua formação escolar primária no Colégio Sagrado Coração de Jesus - Araucária-PR; ginásial do Colégio Estadual Profº Júlio Szymanski - Araucária-PR; colegial no Colégio Positivo - Curitiba-PR; 2º Grau - Curso de Análises Clínicas; e Superior na Faculdade Professor Plácido e Silva - Curitiba-PR - Curso de Administração de Empresas. Participou de vários cursos de treinamento oferecidos pela COPEL, aprimorando-se na qualificação e eficiência da prestação de serviços em benefício da população, contribuindo e muito para o sucesso dessa empresa. Trabalhadores como o Sr. Doglair devem ser enaltecidos e homenageados, motivo desta manifestação de júbilo. Os melhores cumprimentos deste Deputado extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis que se torna instrumento de toda a Comunidade Paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 1100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de congratulação, ao Dr. Roberto Barroso Filho, pelo transcurso de seu aniversário, ocorrido no dia 28 do corrente mês.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário desta augusta Casa de Leis, seja enviado

cópia do presente requerimento ao homenageado, sito à Avenida Cândido de Abreu, 707 - Centro Cívico - CEP: 80530-000, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulação, ao Dr. Roberto Barroso Filho, pelo transcurso de seu aniversário ocorrido no dia 28 do corrente mês.

O Dr. Roberto Barroso Filho, nasceu em 28.05.1922, na Cidade de Paranaguá, casou-se com a Senhora Roseli Barroso, com quem teve oito filhos (Roberto, Vânia, Gilda, Simone, Rodrigo, Paula, Natali e Michel), formou-se em Direito e Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, passando a atuar como um dos mais brilhantes jornalistas de nosso Estado, participando inclusive, da fundação do Jornal do Estado, importante órgão da imprensa escrita em nosso Estado.

Além das atividades inerentes ao jornalismo, sua principal vocação, também participa da vida pública, tendo sido eleito vereador por dois mandatos, chegando a ocupar o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.

No campo literário, o jornalista Roberto Barroso, destacou-se como autor do livro "Jornalismo sem Censura", e ditado no ano de 1998, retratando os principais fatos dos últimos quinze anos da imprensa paranaense.

Face ao exposto, e considerando a importância dos trabalhos realizados pelo Dr. Roberto Barroso em prol da coletividade, seja como jornalista, como escritor ou como homem público, é que proponho que seja concedido por esta augusta Casa de Leis, o presente voto de congratulação, ao homenageado.

#### REQUERIMENTO Nº 1102

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, votos de congratulações pelo êxito da 1ª Festa do Peixe de Paçandu.

O evento aconteceu nos dias 21, 22 e 23 de maio, com prestigiamento de toda comunidade paçanduense e das cidades vizinhas, como Maringá, Sarandi, Marialva, Floresta, Doutor Camargo, Ivatuba, Ourizona, São Jorge do Ivaí, Mandaguaçu, Presidente Castelo Branco, Iguaçu, Ângulo, Atalaia, além de outros municípios.

O êxito foi tal que Paçandu já pode ser considerada a "Cidade do Peixe do Paraná".

Requer, portanto, seja comunicado do feito ao Senhor Prefeito Municipal de Paçandu, Jonas Eraldo de Lima, ao Presidente da EMATER, Sr.

Rubens E. Niederheitmann, à Presidente da Fundação de Desenvolvimento Social de Paçandu - FUNDESP, Sra. Maria Aparecida Arrias de Lima, extensivo a todos os piscicultores de Paçandu.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) RICARDO MAIA

#### REQUERIMENTO Nº 1118

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornalista Roberto Barroso Filho, pela comemoração de seus 77 anos, em data de 28 de maio de 1999.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Roberto Barroso Filho, Diretor-Presidente do Jornal do Estado, comemorou nesta sexta-feira (28.05.99) seu aniversário de 77 anos.

Formado pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, Roberto Barroso Filho desde muito jovem, dedicou-se à imprensa, fundando quando ainda era estudante o Jornal "A Palavra" e a Revista "O livro". Foi redator parlamentar do Jornal "Diário da Tarde" em Curitiba e correspondente do Jornal "Gazeta do Povo" em Brasília.

Roberto Barroso Filho elegeu-se Vereador nesta Capital e chegou à Presidência da Câmara Municipal de Curitiba. Na imprensa, ainda, dirigiu o Jornal "A Tarde" e fundou também o "Jornal de Curitiba", cuja circulação foi até o ano de 1972. Em 1983, fundou o Jornal do Estado, um dos principais instrumentos de comunicação do Paraná, com ampla circulação.

Pela comemoração de seus 77 anos, uma vida toda dedicada à imprensa, receba o Sr. Roberto Barroso Filho, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1119

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à EMATER/PR (R. da Bandeira, 500 - Cabral - Curitiba), pela comemoração de seus 43 anos.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A EMATER, Empresa pública de direito privado, vinculado ao Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, é a empresa responsável pela Assistência

Técnica e Extensão Rural Oficial junto aos agricultores do Paraná.

O Serviço de Extensão Rural no Paraná foi criado oficialmente em 1956, através de Convênio entre o Governo do Estado e o Escritório Técnico da Agricultura Brasil-Estados Unidos, o qual foi chamado "ETA - Projeto 15", serviço que foi inicialmente instalado em sete municípios. Em 1959, com o encerramento deste convênio, foi constituída a Associação de Crédito Rural do Paraná - ACARPA, para dar continuidade ao trabalho. Finalmente, em 1977, é criada a EMATER, que a partir de 1989, incorpora a estrutura e as obrigações da ACARPA, com Entidade Oficial da Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná.

De lá para cá, a EMATER cresceu, sempre potencializando suas ações, através da parceria com outras instituições públicas ou privadas. Os técnicos, denominados Extensionistas, em função do seu trabalho educativo, têm como desafio, em conjunto com a família do agricultor, compreender a realidade, levantar as necessidades e buscar as soluções, estendendo conhecimentos de natureza técnica, econômica e social.

A empresa também presta serviços nas áreas de adequação de estradas rurais, organização rural, programas de desenvolvimento rural, cooperativismo e associativismo, projetos de assistência técnica e agricultores nas diversas cadeias produtivas de interesse para a economia do Estado.

Com estas ações, a EMATER vem prestando um importantíssimo atendimento aos agricultores do nosso Estado, que têm naquela Empresa sua parceira constante, sempre procurando desenvolver um trabalho que possa desenvolver a agricultura do Paraná.

Pelo importante trabalho realizado pela EMATER, ao longo destes 43 anos, receba toda a equipe de trabalho daquele Órgão Estadual, através do seu Diretor-Presidente, Sr. Rubens Ernesto Niederheitmann os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1121

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal Raio-X (Rua Parigot de Souza, 30 - Rio Branco do Sul), pela publicação da matéria "Iluminação Pública - Um Roubo!", no número 40 - maio de 1999.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Raio-X, do Município de Rio Branco do Sul, publicou em sua 40ª Edição (maio de 99) a

matéria "Iluminação Pública - Um Roubo!", à página 08.

De forma clara, expõe a questão do pagamento da taxa de iluminação pública, especialmente naquele município que se diz esquecido pelos governantes do nosso Estado. Hipotecamos aqui, nossa total solidariedade quanto à questão da discriminação do município e faremos o possível para reverter esta situação.

Como Deputado Estadual eleito com votos da minha terra natal, estou procurando viabilizar as ações de que o Município de Rio Branco do Sul precisa e coloco-me à disposição daquela população e de sua administração para fazer o que estiver ao meu alcance.

Desta forma, pela iniciativa corajosa de evidenciar nas páginas do Jornal Raio-X a situação do Município de Rio Branco do Sul, receba o Jornal Raio-X, na pessoa de seu Diretor Senhor Rupert Mayer, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor à TV Carimã de Cascavel, pela passagem de seu 13º aniversário no dia de hoje, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

No dia de hoje, a TV Carimã de Cascavel comemora o seu 13º aniversário de fundação, tendo iniciado suas atividades em 31 de maio de 1986.

É com grande satisfação que apresentamos este requerimento, propondo que a Assembléia Legislativa reconheça a importância de tal veículo de informação para Cascavel e o Oeste do Paraná, haja vista que grandes serviços tem prestado em defesa dos legítimos interesses da população local e regional.

Neste sentido, pedimos o envio desta mensagem à TV Carimã, na pessoa de seu Diretor André Surugi, estendendo as congratulações a todos os profissionais de comunicação que, de uma forma ou de outra, contribuem para que a emissora tivesse alcançado os seus objetivos.

#### REQUERIMENTO Nº 1134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município da Lapa, pela passagem, dia

13 de junho próximo, do seu 230º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Miguel Lourenço H. Batista, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a população da Lapa.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A legendaria cidade da Lapa estará comemorando no próximo dia 13 de junho seus 230 anos de emancipação política, que temos certeza será festejado por todos jubilosamente.

A Lapa é considerada o berço da civilização paranaense, depositário das passagens mais brilhantes da nossa história.

Nesta significativa data a população da Lapa é digna do nosso respeito e admiração, pois com muita garra e espírito de luta dão sua eficiente parcela de contribuição para o completo desenvolvimento do município.

Queremos também render nossa homenagem aos seus administradores de todos os tempos que deram o melhor dos esforços para o bem comum.

O Poder Legislativo do Estado do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabêniza toda a comunidade da Lapa pela bravura com que vêm enfrentando as dificuldades que, bem sabemos, são inúmeras, mas com muito trabalho e perseverança será recompensada.

#### REQUERIMENTO Nº 1064

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Presidente do BANESTADO, Dr. Reinhold Stephanes, sobre o destino dos recursos oriundos das renegociações de dívidas com pessoas físicas e jurídicas junto àquela instituição financeira.

Os recursos vão para o BANESTADO, para o Banco Central, ou para onde vão?

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1065

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Presidente da COPEL - Cia. Paranaense de Energia Elétrica, Dr. Ingo Henrique Hubert, solicitando um demonstrativo econômico-financeiro administrativo, esclarecendo o porquê dos prejuízos

havidos no 1º Trimestre de 1999, conforme divulgado pela imprensa.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1067

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança, Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando providência cabíveis, afim de apurar suposta irregularidades no Instituto Médico Legal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O presente, visa requerer junto ao Sr. Secretário de Segurança do Estado, para que se apure as irregularidades que estão acontecendo no IML do Município de Umuarama. As denúncias estão catalogadas num Requerimento da Câmara de Vereadores daquele município, de nº 151/99, inclusive fartamente noticiado pela imprensa local. Denúncias, como: propina para liberação de corpos; falta de recolhimento de taxas; fraudes na emissão de laudos; recebimento de seguro; etc....

Assim, rogo aos nobres Pares que contribuam com este Parlamentar, dando o apoio necessário.

#### REQUERIMENTO Nº 1074

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando providências urgentes quanto à situação do Colégio Xavier da Silva, localizado nesta Capital, que corre risco de desabamento.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Notícia do Jornal Gazeta do Povo de sexta-feira última, demonstra a grave situação que está atravessando o Colégio Estadual Xavier da Silva, localizado no bairro Rebouças da nossa Capital, e que está colocando em risco a vida dos estudantes. O péssimo estado do prédio já com 96 anos está com o forro prestes a desabar, buracos nas salas de aula, rachaduras nas paredes e diversas infiltrações. O assoalho afunda em diversos pontos da escola, inclusive na sala dos professores e salas de aula, onde lâmpadas do andar de baixo caem devido ao risco de desabamento. Um dos blocos teve que ser interditado no mês passado, devido à queda do

forro, nesta data os estudantes foram dispensados e felizmente ninguém ficou ferido.

Com aproximadamente 1800 alunos de pré-escolar ao 2º grau, o Colégio enfrenta as maiores dificuldades na época das chuvas, quando goteiras inundam corredores, danificando móveis, salas de aula e materiais e alunos têm de ser retirados às pressas.

O Colégio conta com apenas três banheiros femininos para atender todas as alunas, o que causa filas enormes em horários de recreios. Grave situação verifica-se também na biblioteca, onde várias coleções de livros já foram perdidas devido às infiltrações e uma parede está balançando, podendo desabafar a qualquer momento.

Diante do exposto, e verificando a grave situação do Colégio Xavier da Silva, que encontra-se em péssimo estado de conservação, colocando em risco a vida de estudantes, professores e funcionários, solicitamos o envio de expediente deste Poder Legislativo, solicitando Medidas Urgentes daquela Secretaria de Estado quanto ao caso.

#### REQUERIMENTO Nº 1080

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a realização de estudos visando a pavimentação asfáltica do trecho que liga o Município de Icaraíma ao Distrito de Serra dos Dourados no Município de Umuarama, numa extensão de 30 mil metros.

Tal proposta pretende a melhoria viária do referido trecho que se encontra em péssima situação de conservação, expondo os usuários em constante situação de perigo.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Hosni Sergio I. dos Santos (R. Hermes Visoto, 810) ao Vereador Gerson Joaquim da Silva (R. Hermes Visoto, s/n) CEP 87530-000.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a realização de estudos visando a execução de terraplanagem e pavimentação asfáltica do trecho que liga a BR 272 ao distrito de Oroitê, no Município de Iporã, com extensão aproximada de 13.200 metros.

Tal proposta pretende a melhoria viária do referido trecho que se encontra em péssima situação de conservação, expondo os usuários em constante situação de perigo.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Sra. Maria Aparecida Zago Udenal, Prefeita Municipal (R. Pedro Alvares Cabral, 2677) ao Vereador José Sorilha Baladeli, Presidente da Câmara Municipal (R. Pedro Alvares Cabral, s/n) CEP 87560-000.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1082

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a possibilidade de liberação de uma Ambulância, tipo furgão - Unidade Móvel de Tratamento Intensivo, para o Município de Iporã.

Tal reivindicação fundamenta-se em proposição da Câmara Municipal de Iporã, através do Vereador Dorival Passarella onde justifica que a única ambulância que o Município de Iporã dispõe é um veículo do tipo Ipanema com aproximadamente 300 mil quilômetros rodados com limitações de atendimento pelas condições que se encontra. Outra questão é o freqüente deslocamento de pacientes para os centros de atendimento médico em outras cidades, quando muitas vezes os pacientes são transportados em estado grave de saúde com risco de vida, tendo necessidade de um tratamento móvel no decorrer do trajeto.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Prefeita Municipal de Iporã (Rua Pedro Alves Cabral, 2677) ao Vereador José Sorilha Baladeli, Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador Dorival Passarella (Rua Pedro Alvares Cabral, 2707) CEP 87560-000.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1083

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de atender a solicitação dos moradores do Balneário Coroados, em Guaratuba, quanto a continuidade das obras de asfaltamento da Av. Minas Gerais.

Sala das Sessões, em 31.05.99

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

No início de 98 houve um comprometimento do Governo do Estado, com toda a Comunidade e com os Empresários da Região, com relação ao asfaltamento dessa via que liga o Município à Barra do Saí. As obras iniciaram e foram paralisadas repentinamente. Em contato com a Prefeitura local, foram informados que o Governo suspendeu as obras por tempo indeterminado. Ocorre que todos estão sendo prejudicados, comunidade e comércio, afastando os veranistas e turistas, pois o acesso ficou dificultado.

Conhecedores que somos do seu nobre espírito como homem público, temos certeza que as obras serão retomadas, favorecendo milhares de comerciantes e moradores que mais uma vez estão sendo penalizados pela administração pública. Nosso litoral carece de atenção, muita atenção. Anexamos a este, pedido e abaixo-assinado que ratificam as dificuldades da população local. Contatos, se necessário, poderão ser feitos com a proprietária de Mercado, Sra. Maria de Fátima Amaro Santana, pelo telefone 443-1688.

#### REQUERIMENTO Nº 1088

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido do Sr. Egidio Alberti Neto, residente à Rua São Francisco nº 220 - Bairro Weisópolis, que pede a troca de lâmpadas queimadas dos postes existentes nesta rua, do nº 180 à 220.

Sala das Sessões, em 31.05.99  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1089

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido do Sr. Mário Marcondes, residente a Quadra 8 Lote 3 - Moradias Vênus - Bairro Solitude, que pede a implantação do serviço de entrega domiciliar neste conjunto residencial. Segundo ele, muitas pessoas residem no local e ainda não são contempladas com tal benefício.

Sala das Sessões, em 31.05.99  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1090

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado

expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido do Sr. Luciano Teixeira, residente à Rua Dr. Carlos Heller nº 255 (antiga Rua XV) - Jardim Eucaliptos - Bairro Alto Maracanã - Município de Colombo, que pede a implantação do serviço de entrega domiciliar em sua residência e proximidades. Segundo ele, muitas pessoas residem no local e ainda não são contempladas com tal benefício.

Sala das Sessões, em 31.05.99  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1091

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Dr. Carlos Heller e proximidades - Jardim Eucalipto - Bairro Alto Maracanã - Município de Colombo, devido a ocorrência constante de roubos e assaltos. Os moradores pedem uma ronda policial em toda a região a fim de proporcionar maior segurança para a população.

Sala das Sessões, em 31.05.99  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilmo. Sr. Henrique Neves, Diretor-Presidente da TELEPAR, solicitando a inclusão no cronograma de serviços de 1999, da ampliação da central telefônica do Município de Cafelândia.

Sala das Sessões, em 31.05.99.  
(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido inúmeros apelos de moradores do Município de Cafelândia, no sentido de que gestionemos junto à TELEPAR, visando a ampliação do número de linhas telefônicas, uma vez que é grande o número de inscrições visando a obtenção desse meio de comunicação, diante do elevado crescimento populacional e econômico.

Segundo é do nosso conhecimento, a empresa não tem previsto em seu cronograma deste ano, o atendimento ao referido pleito, razão pela qual entendemos ser necessário e fundamental que a mesma proceda as medidas cabíveis objetivando proporcionar àquela comunidade esse importante benefício.

#### REQUERIMENTO Nº 1112

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Olinda Rosa Pereira Azevedo, residente à Rua Irene Colodel da Cruz, nº 425 - Jardim Paraíso, que pede a troca de várias lâmpadas queimadas dos postes desta rua. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 757-2781. Ramal 27.

Sala das Sessões, em 31.05.99

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1113

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Miraci de Lourdes Sokoloski, residente à Rua Blumenau nº 322 - Jardim Cristal - Bairro Guatupê, que pede a troca de lâmpadas do poste sito nesta rua, esquina com a Rua Laguna. A escuridão é total, afirma a Sra. Miraci. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 382-2962.

Sala das Sessões, em 31.05.99

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1114

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do Sr. Germano Francisco Mateus, residente à Rua São João nº 263 - Jardim Monte Santo II, que pede reparos nesta rua, tendo em vista a mesma encontrar-se intransitável. Em caso de emergência, os moradores não têm acesso para locomover-se, devido a impossibilidade tráfego de veículos. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 352-8762 (comercial). Pede brevidade no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 31.05.99

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1115

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rodovia do Xisto - Km 38 - Município

de Contenda, que pedem a implantação do serviço de entrega domiciliar neste local e proximidades. Segundo eles, as cartas são entregues na Agência de Correios e se as pessoas não podem ir buscá-las, em poucos dias as mesmas são devolvidas. Muitos transtornos são causados, motivo pelo qual eles podem que tal reivindicação seja atendida.

Sala das Sessões, em 31.05.99

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1120

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado do Emprego e Relações no Trabalho, reforçando solicitação de recursos financeiros para a implantação do Programa Barracão Industrial no Município e Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 31.05.99

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Conselheiro Mairinck, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, objetivando ampliar seu número de indústrias e aproveitando o potencial nativo da cidade, que já conta com algumas empresas, solicita recursos financeiros da ordem de R\$193.541,00 (cento e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e um reais) para a implantação do Programa Barracão Industrial.

No intuito de efetuar a liberação do referido junto ao Governo do Estado, nosso Gabinete Parlamentar deu entrada em processo junto à Secretaria de Estado do Emprego e Relações no Trabalho, com protocolo nº 4.000.670-2, para o qual solicitamos apoio deste Poder Legislativo Estadual.

#### REQUERIMENTO Nº 1122

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, solicitando informações, se possível acompanhada de documentos, referentes à processo licitatório de iluminação pública, conforme matéria publicada no Jornal Raio-X, daquele Município, à página 10.

Sala das Sessões, em 31.05.99

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Matéria da página 10 do Jornal Raio-X, do Município de Rio Branco do Sul, noticia fato ocorrido na Câmara Municipal daquele Município, referente à abertura de uma CPI para investigar eventuais irregularidades ocorridas com o Processo de Licitação nº02/97 que trata da iluminação

pública do trecho entre o trevo de acesso à Itaperuçu à sede do Município, na PR-092 - Rodovia dos Minérios.

Tendo sido eleito Deputado Estadual com votos daquele Município, tenho o dever de zelar pelo interesse do povo no que diz respeito à administração daquilo que lhe pertence (Iluminação pública).

Para tanto, solicito que seja enviado o já referido expediente por esta Casa de Leis àquele Legislativo Municipal, pedindo maiores informações a respeito do caso, objeto de matéria publicada no acima citado jornal.

#### REQUERIMENTO Nº 1124

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, solicitando informações se houve estudo de impacto ambiental para a passagem do gasoduto nos Municípios de Doutor Ulysses, Cerro Azul, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Campo Magro, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Araucária, Curitiba, Fazenda Rio Grande, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba.

Sala das Sessões, em 31.05.99

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em obras a instalação do gasoduto Bolívia-Brasil, que deverá passar por diversos Municípios do nosso Estado. Com uma extensão total de 2.590 Km em território brasileiro, e passando por 13 Municípios do nosso Estado (230Km), seu traçado passará por diversas propriedades.

Objetivando obter maiores informações a respeito da preservação do meio ambiente, estamos solicitando informações a respeito de estudos de impacto ambiental pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná, referente à instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

#### REQUERIMENTO Nº 1128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER que sejam encaminhadas solicitações às Embaixadas dos Estados Unidos, Itália, França e Inglaterra no Brasil, solicitando modelos dos Sistemas de Segurança Pública utilizada nos referidos países.

Sala das Sessões, em 31.05.99

(a) TONY GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido à necessidade de obter maiores informações de mode-

los de sistema de segurança pública adotados pelos países relacionados, devido a sua eficácia e objetivos alcançados.

Informo ainda que os referidos dados levantados serão utilizados nos estudos de projetos de policiamentos e segurança pública, aumentando ainda mais as informações sobre o assunto, servindo assim de embasamento para futuros projetos.

#### REQUERIMENTO Nº 1138

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar estudos em caráter de Urgência, para uma rápida conservação denominada tapa buracos na Rodovia PR-559, trecho Presidente Castelo Branco até São Carlos do Ivaí, passando por Florai.

Sala das Sessões, em 31.05.99

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A Rodovia PR-559, no trecho de Presidente Castelo Branco até São Carlos em Ivaí, passando pelo Município de Florai, encontra-se em péssimas condições de tráfego.

Trata-se de uma região eminentemente agrícola. Pela Rodovia PR-559 é escoada toda a produção para os grandes centros.

Com as precárias condições daquele trecho, torna-se quase impossível o tráfego de caminhões com os produtos ali produzidos, causando enormes prejuízos aos agricultores.

Tem recebido inúmeros e insistentes pedidos dos Senhores Prefeitos, Vereadores, Sindicatos de Classe e especialmente da população usuária daquele trecho.

Sabemos que os primeiros homens foram agricultores. Foi o seu instinto que os levou a amarrar a terra, para dela tirarem o necessário para o seu sustento.

Não foi, pois, às artes e às ciências que o homem dedicou os primeiros olhares de sua inteligência e sim a agricultura. Não é sem razão, pois, que ela é tida como a indústria mãe.

Sem boas estradas, encarece o produto final para o consumidor.

Estamos certos que o Senhor Secretário determinará o atendimento com a urgência que o assunto requer.

#### REQUERIMENTO Nº 1139C

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao



Secretário de Estado dos Transportes Heinz Georg Herwig, ao Diretor do DER, Paulinho Dalmaz e à direção da Concessionária Rodonorte, solicitando a cópia do Contrato de Concessão no qual conste a autorização de cobrança pela utilização da Faixa de Domínio das rodovias terceirizadas por parte das(s) empresa(s) permissionária dos serviços de exploração das rodovias, bem como os fundamentos legais para tal procedimento, valores estipulados e demais condições gerais. Tal assunto da maior importância para o desenvolvimento da Região dos Campos Gerais e do Estado do Paraná tem sido objeto de grandes debates, alguns, porém, sem o necessário fundamento técnico, o que tem gerado conclusões as mais diversas. Sob esta ótica se faz necessário o conhecimento do contrato vigente e mesmo as condições sobre eventual utilização da "Faixa de Domínio".

Sala das Sessões, em 31.05.99

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1139B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de Pedido de Informações ao Presidente da Companhia Paranaense de energia - COPEL, Excelentíssimo Senhor Ingo Henrique Hubert, solicitando esclarecimentos sobre os motivos e gastos operacionais que justificam o prejuízo obtido pela empresa no primeiro trimestre do corrente ano, conforme nota divulgada no jornal Gazeta do Povo do dia 21 de maio de 1999 - página 27.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.05.99

(a) ADEMIR BIER

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 272/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes conceder desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento do pedágio, nas rodovias que compõem o consórcio de lotes do Anel de Integração implantado pela Lei Complementar 76, de 21 de dezembro de 1995, aos veículos de carga com capacidade igual ou superior a 04 (quatro) toneladas que trafegarem carregados e isentar do pagamento de pedágio os veículos de carga com igual capacidade que trafegarem vazios.

Art. 2º - Tanto o desconto de 50% (cinquenta por cento), como a isenção serão concedidos aos veículos de carga de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 3º - O Poder Executivo adotará medidas para efetivar o disposto nesta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei justifica-se devido ao fato dos proprietários e motoristas de veículos de carga serem usuários permanentes e constantes das rodovias pedagiadas, ao contrário de usuários ocasionais, que as utilizam esporadicamente.

Os motoristas e proprietários têm sido atingidos pela atual situação econômica nacional, no que se refere aos preços dos fretes, não obtendo ganhos suficientes para arcar com as despesas do veículo, prejudicando seu sustento e de sua família.

Deve-se ressaltar, também, que muitas vezes, o motorista volta a sua origem sem conseguir frete, arcando sozinho com as despesas de viagem tornando penoso o pagamento do pedágio.

#### PROJETO DE LEI Nº 273/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria do Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da região dos Campos Gerais.

§ 1º - Considera-se regiões dos Campos Gerais o espaço geográfico do Estado do Paraná situado no segundo planalto e delimitado pela vegetação de campos limpos e campos de cerrado, que para os efeitos desta lei compreende os municípios de Imbituva, Teixeira Soares, Lapa, Arapoti, Sengés e os municípios pertencentes à Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG), a saber, Carambeí, Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariáiva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

§ 2º - Considera-se patrimônio histórico, artístico e natural o que dispõe a Lei Estadual nº 1211, de 16 de setembro de 1953, artigo 1º: "constitui o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto de bens móveis e imóveis exis-

tentes no estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável ou que tenham sido dotadas pela natureza ou agenciados pela indústria humana”.

Art. 2º - O Conselho será composto pelos seguintes membros:

I - O Curador do Patrimônio Natural da Secretaria de Estado da Cultura.

II - O Superintendente Regional de Ponta Grossa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente;

III - O Diretor de Biodiversidade do Instituto Ambiental do Paraná;

IV - O Chefe do Núcleo Regional de Ponta Grossa da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento;

V - Representante da Universidade Estadual de Ponta Grossa;

VI - O Presidente da Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG), mais representante do município da Lapa;

VII - Representante técnico indicado pela Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG);

VIII - Representante técnico indicado pela Associação dos Municípios do Norte Pioneiro (AMUNORPI);

IX - Representante técnico indicado pela Associação dos Municípios do Centro-Sul do Estado do Paraná (AMCESPAR);

X - Representante de Organização não Governamental (ONG) com reconhecida ação ambiental na região;

XI - Representante de Organização não Governamental (ONG) com reconhecida ação na área da cultura na região;

XII - Representante de entidade de trabalhadores rurais;

XIII - Representante de entidade de proprietários rurais;

XIV - Representante da rede hoteleira, agências de viagens e guias de turismo com atuação regional;

§ 1º - Os membros mencionados nos incisos I a IV são natos, sendo os demais designados pelas respectivas entidades a que pertençam.

§ 2º - O mandato dos membros dos incisos V a XIV será de dois anos.

§ 3º - A indicação dos membros e respectivos suplentes pelas entidades representadas no Conselho, deverá ser acompanhada de cópia de ata da reunião realizada com esta finalidade.

§ 4º - A presidência do Conselho será exercida pelo Curador do Patrimônio Natural da Secretaria de Estado da Cultura.

§ 5º - Os demais cargos executivos, bem como suas atribuições, periodicidade das reuniões, entre outros, serão regulamentados por Regimento Interno, aprovado pela maioria dos membros deste Conselho.

Art. 3º - O Conselho contará com uma Secretaria lotada na Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 4º - São atribuições deste Conselho:

a - opinar sobre políticas, programas, projetos e atividades referentes ao patrimônio histórico e artístico da região dos Campos Gerais, bem como acompanhar sua execução;

b - propor medidas que contribuam para a integração institucional de articulação com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, sob coordenação das iniciativas na sua área de atuação;

c - assessorar a Administração Estadual, as representações do Poder Público Estadual e as administrações municipais da região no planejamento das ações de preservação e conservação do patrimônio histórico, artístico e natural das Campos Gerais;

d - assessorar a Administração Estadual, as representações do Poder Público Estadual e as administrações municipais da região dos Campos Gerais no cumprimento dos princípios legais referentes ao uso e manejo dos recursos naturais, à preservação e controle da poluição de origens diversas e a proteção da áreas de interesse especial do patrimônio Histórico, Artístico e Natural, definidos em lei federal, estadual e municipal;

e - colaborar junto com o Poder Público no desenvolvimento dos atos legislativos e regulamentares concernentes a conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da região dos Campos Gerais, bem como promover estudos de problemas específicos relacionados ao desenvolvimento econômico regional;

f - opinar sobre aquisição de bens, inclusive desapropriações no interesse do patrimônio histórico, artístico e natural da região dos Campos Gerais;

g - aprovar a adoção de medidas que valorizem o patrimônio histórico, artístico e natural da região;

h - propor modificações e aperfeiçoamentos na legislação, de acordo com estudos encaminhados por instituições de caráter técnico ou científico;

i - cooperar tecnicamente com os municípios da região na elaboração de planos, estudos e proje-

tos voltados ao desenvolvimento e a gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo atividades agrícolas, pecuária, exploração florestal, turismo ecológico e conservação da natureza;

j - emitir ou solicitar às instituições competentes pareceres sobre o manejo atual dos recursos naturais e de compatibilidade de projetos a serem desenvolvidos nas áreas consideradas expressivas nos Campos Gerais;

l - fiscalizar o cumprimento das disposições legais pertinentes às atividades de uso e manejo dos recursos na região.

m - propor convênios com instituições para estudos de problemas referentes à conservação e preservação do patrimônio histórico, artístico e natural da região dos Campos Gerais.

n - emitir parecer sobre tombamento e destombamento de bens e áreas da região dos Campos Gerais;

o - aprovar e acompanhar o uso dos recursos do Fundo para Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais, de que trata o artigo 5º da presente lei, indicando prioridades de aplicação.

p - gerir o Fundo para Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais, de que trata o artigo 5º da presente lei, decidindo sobre sua aplicação e exercendo a sua fiscalização.

Art. 5º - O Poder Executivo fica autorizado a criar o Fundo para Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais.

§ 1º - O Fundo para Preservação e Conservação Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais será constituído de:

- a - dotações orçamentárias do Estado;
- b - recursos do ICMS Ecológico;
- c - captação de recursos junto ao Governo Federal ou provenientes de convênios ou acordos;
- d - resultado financeiro de suas operações de crédito;
- e - doações;
- f - outras rendas, bens e valores.

§ 2º - A gestão financeira do Fundo para Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais será feita pelo próprio Conselho.

§ 3º - O Fundo para Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais será utilizado integralmente para a execução de programas e projetos que visem ações de preservação e conservação do patrimônio Histórico, Artístico e Natural da região dos Campos Gerais.

§ 4º - O Poder Executivo fica autorizado a realizar convênios com outras esferas administrativas para cumprir os propósitos da presente lei.

§ 5º - O Poder Executivo fica autorizado a abrir crédito especial de R\$300.000,00 no Orçamento do Estado para constituir o Fundo para Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais, indicando como recursos quaisquer das formas previstas no artigo 43, § 1º da Lei Federal nº 4320 de 17.03.64.

Art. 6º - O Poder Executivo deverá, fundamentado em levantamento técnico e científico, especificar o zoneamento agro-ecológico e econômico da região e definindo área prioritárias para preservação e conservação.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A região dos Campos Gerais possui um patrimônio histórico, artístico e natural muito rico. As cavernas, florestas, campos, rios, cachoeiras, os parques estaduais de Vila Velha e Guartelá, Gruta do Monge, Cerrado, entre outras, são locais que marcam a região, tornando-a portadora de um patrimônio natural de grande significado para o Estado do Paraná. Da mesma forma, a região possui um legado histórico, artístico e arqueológico que enriquece o conjunto do patrimônio cultural do Estado, representado por museus temáticos (Museu do Tropeiro, do Diamante), pinturas rupestres, edifícios histórico (Teatro da Lapa, Estação Saudade, Colégio Estadual Regente Feijó).

Este conjunto torna a região um espaço privilegiado para o turismo e obrigatório para a aplicação de políticas de preservação do patrimônio cultural e natural. A preocupação central, que moveu a elaboração do presente Projeto, é a criação de mecanismos que possibilitem a implantação de políticas voltadas, ao mesmo tempo, para o turismo e para a preservação do patrimônio histórico, artístico e natural da região dos Campos Gerais.

Entendemos que o conjunto do patrimônio cultural tem seu significado como elemento do processo de constituição da memória coletiva de uma sociedade, como expressão das diversidades, que identificam uma cultura específica. Assim, um dos objetivos deste projeto de lei é constituir instrumentos que possibilitem resguardar o passado e assegurar a memória histórica coletiva de nossa

população, de forma a garantir às sucessivas gerações o conhecimento e os meios para a apreensão das manifestações culturais de um dado momento de nossa história.

Também é nosso objetivo possibilitar a implementação de ações visando o desenvolvimento do turismo na região. Entendemos que este rico patrimônio que se situa na região dos Campos Gerais deve, ao mesmo tempo, ser preservado, conservado, com políticas próprias, mas também, deve ser explorado em seu aspecto turístico, ressaltando seu aspecto cultural e histórico, tendo em vista que à medida que o indivíduo percebe suas origens, ele consegue perceber melhor o futuro, desenhá-lo, compará-lo, melhorá-lo.

É fundamental, também, que as ações do Poder Público visando a preservação e conservação do patrimônio cultural e natural, em foco com a exploração turística, estejam sintonizadas com a sociedade, pois seu respaldo, sua compreensão, sua participação na elaboração destas políticas, torna-se indispensável. Os atores envolvidos num determinado problema ou situação, conseguem percebê-los em sua complexidade e relacioná-los a outros movimentos e problemas da região na qual está inserido. Tão importante quanto estabelecer políticas de conservação e preservação deste patrimônio, é o engajamento da sociedade nesta política.

Outrossim, de forma a garantir a realização dos objetivos neste projeto, como espaço de valorização deste patrimônio da região dos Campos Gerais, vincula-se a criação do Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais a um Fundo específico, que visa garantir recursos para as ações que se fizerem necessárias. Este Fundo é gerido pelo próprio Conselho, dando-lhe autonomia para decidir sobre onde aplicá-lo.

Com este fundamento, espera-se a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 274/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor Zacharias Emiliano Seleme, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, como político atuante e exemplar.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 31.05.99.  
(a) CESAR SELEME

PROJETO DE LEI Nº 275/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação do Centro Educacional Infantil Meu Primeiro Mundo, com sede e foro no Município de Quintandinha, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Centro Educacional Infantil Meu Primeiro Mundo do município de Quitandinha, entidade com fins filantrópicos, fundada em dezessete de maio de 1995, situada à Av. Fernandes de Andrade do Município de Quitandinha, vem desenvolvendo excelente trabalho direcionado ao bem estar das pessoas menos favorecidas do município de Quitandinha e de outros municípios vizinhos, pessoas estas na sua maiorias carentes, filhos de agricultores de poucos recursos e rendas.

Tendo em vista o acima exposto, achamos ser a mesma merecedora da Lei de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 276/99  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Centro Educacional João Paulo II, no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Centro Educacional que ora pretende declarar-se de Utilidade Pública tem por objetivos básicos, proporcionar às crianças carentes, entre 06 meses aos 06 anos, desenvolvimento físico, intelectual, social e espiritual, procurando satisfazer suas necessidades básicas, visando uma melhor orientação e desenvolvimento da criança.

Cabe a Entidade, principalmente promover a integração da família proporcionando às mães carentes oportunidade de trabalhar com tranquilidade, sabendo que seus filhos estão amparados.

Por estas e outras razões que só enaltecem o papel do Centro Educacional João Paulo II perante a

sociedade, esperamos o apoio dos nobres Deputados para aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 277/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Vila Bela, no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretende declarar-se de Utilidade Pública tem por objetivos básicos estudar as condições sociais econômicas, sanitárias, assistenciais, seus problemas, recursos e aspirações. Cabe a Entidade representar os moradores da Vila Bela e suas reivindicações junto aos poderes competentes, bem como promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico, esportivo, lazer, o bem-estar da comunidade, dando-lhes conhecimentos dos problemas da Vila Bela, pleiteando as respectivas soluções.

Por estar de acordo com as Leis Estaduais nºs 8.589 e 6.994 que estabelecem as normas para declaração de Utilidade Pública, esperamos o apoio dos nobres Deputados para aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 278/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a União Municipal das Associações dos Moradores de Pitanga, com sede e foro no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A União Municipal das Associações de Moradores de Pitanga tem por finalidade congregar todas as entidades comunitárias e associações de moradores existentes em sua circunscrição territorial, representar administrativamente e judicialmente as entidades e comunidades filiadas, promover atividades sócio-comunitárias e cooperat-

ivistas nas áreas de saúde, educação, habitação, segurança, meio ambiente, abastecimento, desenvolvimento urbano e rural diretamente ou através de convênios com órgãos públicos e particulares, encaminhar coletivamente as reivindicações das entidades comunitárias e associações de moradores em sua área de atuação.

Por estas e outras razões que só enaltecem o papel da União Municipal das Associações de Moradores de Pitanga perante a sociedade, esperamos o apoio dos nobres Deputados para a aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 279/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR - a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), no Município de Clevelândia.

Parágrafo Único - A CIRETRAN de Clevelândia abrangerá o Município de Mariópolis.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionários necessários para o funcionamento da CIRETRAN ficarão a cargo do Município de Clevelândia.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR caberá o treinamento do funcionalismo público municipal a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Clevelândia.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A criação da CIRETRAN no Município de Clevelândia ajudará sobremaneira ao município vizinho de Mariópolis, fato que trará reflexos na própria prestação de serviços do DETRAN/PR. Torna-se indispensável frisar que o acúmulo de serviço, juntamente com a distância, tornam a vida das pessoas que precisam resolver qualquer tipo de problema relacionado com seus veículos, extremamente demorada e com complicações desnecessárias.

O objetivo da proposição é trazer mais comodidade à população, levando até ela mais um serviço público.

A transformação do Posto do DETRAN em uma Circunscrição Regional de Trânsito em Clev-

elândia para atender também ao Município de Mariópolis é antiga reivindicação da população local e irá contribuir significativamente para melhoria de sua qualidade de vida.

**PROJETO DE LEI Nº 280/99**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Atlética dos Menores Ribeirão-Clarenses, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Atlética dos Menores Ribeirão-Clarenses, fundada em 15 de julho de 1989, com o objetivo de congregar moradores e amigos da comunidade, através do desenvolvimento esportivo, social e educacional dos menores de Ribeirão Claro e região. O projeto foi coroado de êxito e hoje a associação é uma entidade da maior importância para o desenvolvimento da juventude ribeirão-clarensense.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 281/99**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, denominado Fazenda Palmital, com área total de 1.268.685,50 m<sup>2</sup>, registrada sob o número 00233, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhais.

Art. 2º - O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado para a implantação de uma escola especial, para menores abandonados e carentes, voltada exclusivamente para a formação e desenvolvimento da cultura de proteção do meio ambiente, da flora e da fauna nas suas diversas formas.

Art. 3º - A utilização indevida do imóvel ou destinação diversa ao que preconiza o artigo ante-

rior, é causa para a revogação da doação prevista, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 4º - A Polícia Militar do Estado do Paraná ficará responsável pela guarda e proteção do imóvel.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 8.656, de 10 de dezembro de 1987, tem relatado um maravilhoso trabalho junto aos meninos e meninas de rua da Região Metropolitana de Curitiba.

A ASSOMA é considerada uma entidade exemplar reconhecida nacionalmente, e com a doação do imóvel Fazenda Palmital, poderá ela dar continuidade a esse trabalho magnífico, implantando uma escola especial para menores abandonados, voltada para a formação e desenvolvimento da cultura de proteção ao meio ambiente.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 282/99**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Recanto das Águas, com sede e foro no Município de Piraquara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Moradores do Conjunto Residencial Recanto das Águas, fundada no dia 03 de setembro de 1997, tem por objetivo unir e apoiar a comunidade do Conjunto Residencial Recanto das Águas, e dos moradores da Pracinha nas legítimas aspirações, lutando pelos seus direitos e interesses.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 283/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescentando o § 3º ao Art. 1º da Lei nº 8.946, de 05 de abril de 1989, alterada pela Lei nº 11.715, de 07 de maio de 1997, com a seguinte redação:

“Art. 1º -...

§ 3º - Ficam ressalvadas as condições de caça e a instalação de fazendas de caça para animais de espécies exóticas ou nativas oriundas de criadouros de animais silvestres, devidamente regularizados pelo Poder Público.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de ampliar as exceções da proibição impostas pela Lei nº 8.946, de 05 de abril de 1989. A lei que proíbe, no Estado do Paraná, a caça e pesca predatória já foi alterada, através da lei nº 11.715, com a permissão da prática do Tiro ao Vão, praticado sobre pombos domésticos, criados especialmente para a prática da modalidade esportiva.

O projeto de lei em tela visa ampliar às fazendas de caça para animais de espécies exóticas, oriundas de criadouros de animais silvestres, a possibilidade da prática de esporte da mesma forma que já é permitida a pesca de carpas, trutas e outros peixes criados em viveiros para proporcionar lazer aos pescadores.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 284/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pescadores Conscientes de Santo Antônio da Platina, com sede e foro no Município de Santo Antônio da Platina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Pescadores Conscientes de Santo Antônio da Platina, foi fundada em 11 de abril de 1997, com o objetivo de implementar as mais justas causas ecológicas no seio da comunidade, mantendo convênio e parcerias com entidades, como o Instituto Ambiental do Paraná, para realizar com sucesso as suas atividades educacionais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 285/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o Art. 1º, da Lei nº 8.267, de 13 de janeiro de 1986, que declarou de Utilidade Pública a Associação Sancarlene de Proteção ao Excepcional, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de São Carlos do Ivaí.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Carlos do Ivaí, vem prestando maravilhosos trabalhos junto a comunidade do município e região, desde a década de 80, quando ainda era denominada de Associação Sancarlene de Proteção ao Excepcional. Com a alteração do estatuto da entidade, estamos apresentando o presente projeto para alterar a Lei nº 8.267, de 13 de janeiro de 1986.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 286/99  
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Governador do Estado do Paraná, com base no § 1º, do Art. 71 da Lei nº 4.978, de 26 de dezembro de 1964, a incluir um representante da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná - UNDIME - PARANÁ como membro do Conselho Estadual de Educação - CEE.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação, entidade que reúne os Secretários Municipais de Educação dos 5.500 municípios brasileiros, tem entre outras atribuições, a finalidade de representar, articular e apoiar os interesses da Educação nos municípios brasileiros.

Face ao exposto, entendemos ser justa a nossa reivindicação de autorizar o Senhor Governador do Estado a incluir um representante da UNDIME-PARANÁ no Conselho Estadual de Educação, e esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 287/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigadas as empresas de ônibus intermunicipais e interestaduais do Estado do Paraná, a equipar seus ônibus com detector de metais.

§ 1º - O aparelho para detecção de metais, deverá ficar sob responsabilidade de funcionário da Empresa, que, em Rodoferroviárias e a cada parada do veículo, deverá fazer uso do mesmo em cada passageiro que embarcar.

§ 2º - Em casos de passageiros que estejam portando arma, a mesma deverá ser apreendida, mediante comunicação à unidade policial mais próxima do local.

Art. 2º - A fiscalização das empresas com relação ao cumprimento desta lei, ficará a cargo da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É evidente o aumento da violência em nosso país. Nosso Estado não escapa dessa assoladora realidade. A violência já chegou há muito tempo aos ônibus de transporte de passageiros que viajam, saindo de suas casas - seja para trabalhar, passear, visitar familiares - e, na insegurança, não sabem se chegarão ao seu destino final.

É absurdo, mas na Estação Rodoferroviária de Curitiba não existe nenhum sistema de prevenção à entrada de passageiros armados em ônibus. Isso significa que, quando embarcam, os passageiros - homens, senhoras com crianças, pessoas idosas - estão se sujeitando a passar horas em companhia de um assassino, um ladrão, um maníaco armado. E devido às facilidades que oferece um ônibus que trafega de portas fechadas em velocidade, estas pessoas estão praticamente à mercê da mente perigosa daquele que carrega a arma.

Dá a urgente necessidade de adoção de medidas, que evitem situações que vêm ocorrendo em viagens de ônibus. Atualmente, os funcionários das rodoferroviárias vêm-se na impossibilidade de identificar passageiros que portam armas, seja consigo ou em suas bagagens. O único controle existente hoje é um cartão de embarque, entregue junto com a passagem de ônibus e que deve ser preenchido e apresentado ao motorista no momento do embarque. Este cartão foi criado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), através do Decreto nº 90.958 de 1985. O cartão fica na agência de passagens da empresa na Rodoferroviária por cerca de 60 dias e é utilizado, em caso de necessidade, para identificar passageiros do ônibus, já que contém dados pessoais dos mesmos. O cartão, embora útil, não é instrumento de prevenção e controle da violência.

Portanto há a necessidade da adoção de mecanismos que controlem efetivamente os passageiros que embarcam nos ônibus, com relação ao porte de armas. Para isso, estamos propondo uma fiscalização constante, onde cada passageiro, com suas bagagens é submetido ao aparelho detector de metais, por funcionários da empresa (motorista ou co-piloto) no momento do embarque, quer seja em Rodoferroviárias ou em paradas que o veículo faça ao longo do trajeto.

Desta forma, aumentará a segurança daqueles que estão viajando, deixando estes de correr risco de vida durante o trajeto, dentro dos ônibus.

PROJETO DE LEI Nº 288/99



A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a Companhia Paranaense de energia Elétrica - COPEL e as demais concessionárias distribuidoras de água e energia elétrica, no Esta do Paraná, proibidas do corte do fornecimento de água e Energia elétrica aos usuários que estejam em atraso do pagamento de tarifa.

§ 1º - O benefício da suspensão do corte que se refere no caput deste artigo, fica limitado aos domicílios do Estado do Paraná.

Art. 2º - esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1999.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A crise econômica está assolando todos os lares brasileiros, crise esta que traz consigo grande número de desempregados.

Essas famílias, inocentes dos maus programas econômicos do Governo Federal, não podem ser privadas do fornecimento de água e energia elétrica, pelo atraso nos pagamentos de tarifas. Não seria justo praticar mais um ato desumano contra esses nossos irmãos desprotegidos do amparo do Poder Público.

Entendemos que tanto a COPEL, quanto a SANEPAR, teriam que usar os mesmos métodos de cobrança usadas pelas entidades do comércio em geral.

Pois ao cortar, abruptamente, o fornecimento de água e de energia elétrica, essas empresas que foram criadas com os recursos do povo, voltou-se com o próprio povo com uma medida ditatorial, privando-o de um bem essencial para a sua vida.

Vale salientar que o Estado do Paraná está passando por uma grave crise de saúde pública. O cólera se alastra em nosso litoral, ceifando vidas e causando pânico entre os moradores. Com o corte de fornecimento de água, o Poder Público estará em muito contribuindo para que a doença como o cólera se propague nas comunidades menos favorecidas.

O superior Tribunal de Justiça (STJ) já deu ganho de causa a um cidadão que teve seu fornecimento de água cortado por falta de pagamento.

A decisão baseia-se no princípio de que trata a água é um direito essencial de que as pessoas não podem ser privadas, nem por falta de pagamento. Claro que a energia elétrica se enquadra no mesmo princípio.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovar o presente projeto de lei, que pretende minorar o sofrimento de grande parte da comunidade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 289/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo fica obrigado, quando da veiculação de propaganda e de informes e em publicações oficiais, de responsabilidade da administração estadual, a indicar o montante da despesa efetuada em favor do órgão de imprensa utilizado.

§ 1º - nos jornais, revistas e demais publicações escritas deverá constar, no rodapé da matéria, o custo da publicação, acompanhado do seguinte texto de esclarecimento: "Esta publicação está sendo custeada com dinheiro do contribuinte".

§ 2º - nas emissoras de rádio, o valor acompanhado do texto constante do § 1º, será informado por meio de locução própria, após cada inserção ter ido ao ar.

§ 3º - nas emissoras de televisão, a indicação da quantia despendida e o texto referido no § 1º deverão aparecer na tela em formato de fácil visualização.

Art. 2º - O não cumprimento das disposições desta lei implicará em crime de responsabilidade, com impedimento do pagamento da publicação com recursos do Tesouro Estadual.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1999.

(a) EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Ao analisarmos o demonstrativo das despesas realizadas pela administração passada, constatamos um elevadíssimo gasto com publicidade, em detrimento ao aplicado em outros setores, bem mais essenciais à vida da população paranaense.

A transparência da aplicação do dinheiro público é de extrema importância para a vida democrática, motivo pela qual apresentamos o presente Projeto de Lei que criará uma nova imagem da relação entre o governo do Estado e o contribuinte paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 290/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo, por intermédio de estabelecimento oficial, concederá ao portador de deficiência financiamento para aquisição de equipamento a fim de possibilitar a superação total ou parcial das limitações decorrentes da deficiência.

Art. 2º - A concessão do financiamento de que trata esta lei, condiciona-se à comprovação da necessidade do equipamento para uso exclusivamente pessoal do interessado, por meio de parecer, com detalhamento técnico, emitido por profissional da área de reabilitação.

Art. 3º - A taxa de juros incidente sobre o valor financiado será menor do que os índices praticados pelos bancos.

Art. 4º - A quitação do financiamento será feita em parcelas mensais, conforme limites fixados em regulamento.

Parágrafo Único - O valor das parcelas será estabelecido de modo a não onerar excessivamente a renda familiar do interessado.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1999.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI.

#### JUSTIFICATIVA:

As Constituições Federal e Estadual asseguram ao deficiente físico proteção e garantia de integração social. Com base nesses dispositivos, apresentamos o presente projeto de lei, tendo em vista proporcionar uma nova alternativa para aqueles que necessitam arcar com os elevados custos dos equipamentos como próteses, cadeiras de rodas, enfim, equipamentos que possibilitem a superação total ou parcial das limitações decorrentes da deficiência.

Embora existam órgãos ligados à assistência social, que subsidiam parte desses equipamentos, ressaltamos a importância de outras alternativas viáveis para atender o deficiente de baixo poder aquisitivo.

Em aproximadamente quarenta dias, estará entrando em funcionamento a Agência de Fomento do Estado do Paraná, que será o estabelecimento oficial do Estado para o desenvolvimento de atividades dessa natureza, tendo em vista a privatização do BANESTADO.

A Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742, e o Decreto 914, sobre a política de integração da pessoa portadora de deficiência, trazem como

diretriz garantir o efetivo atendimento à pessoa portadora de deficiência, sem o indesejável cunho de assistência protecionista.

Nesse sentido, solicitamos a colaboração dos Parlamentares para a aprovação da presente matéria.

#### PROJETO DE LEI Nº 291/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Programa Emergencial de Auxílio Desemprego, de caráter assistencial a ser coordenado pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, visando proporcionar ocupação, renda e qualificação profissional para até 20 mil trabalhadores, integrantes da parte da população desocupada residente no Estado do Paraná.

§ 1º - O planejamento, a fiscalização e o controle da execução do Programa será exercido por um Conselho composto por representantes da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho e das Centrais Sindicais.

§ 2º - Serão destinados 30% (trinta por cento) do total das vagas existentes à população desempregada residente nos municípios mais pobres e com maior índice de desemprego do interior do Estado.

Art. 2º - O Programa a que se refere o artigo 1º consiste na concessão de bolsa auxílio-desemprego, no valor mensal de R\$150,00 (cento e cinquenta reais), no fornecimento de cesta básica, auxílio transporte e na realização de curso de qualificação profissional.

§ 1º - Os benefícios de que trata o "caput" serão concedidos pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses.

§ 2º - Os beneficiários que no transcorrer do prazo definido no parágrafo anterior obtiverem recolocação no mercado de trabalho, deverão ser substituídos por novos beneficiários, no limite estabelecido pelo artigo 1º desta lei.

Art. 3º - As condições para o alistamento no Programa serão definidas em regulamento, observados os seguintes requisitos:

I - situação de desemprego superior a 1 (um) ano e 6 (seis) meses;

II - residência no município onde será prestada a colaboração prevista no artigo 4º;

III - apenas 1 (um) beneficiário por núcleo familiar.

Parágrafo Único - No caso do número de alistamentos superior a de vagas, a preferência para participação no Programa será definida mediante aplicação, pela ordem, dos seguintes critérios:

- I - maiores encargos familiares;
- II - mulheres arrimo de família;
- III - maior tempo de desemprego;
- IV - mais idade;
- V - sorteio.

Art. 4º - A participação no Programa implica na colaboração, em caráter eventual, com a prestação de serviços de interesse da comunidade local ou com órgãos públicos que a atendam, sem vínculo de subordinação.

§ 1º - A jornada de atividade no Programa será de 6 (seis) horas diárias, 4 (quatro) dias por semana, mais 1 (um) dia de curso de qualificação profissional.

§ 2º - A participação no Programla exclui serviços e áreas que acarretem riscos à vida e à saúde dos trabalhadores.

§ 3º - Para a determinação das áreas de interesse da comunidade a que se refere o "caput" deste artigo, serão criados comitês locais, com representantes do Poder Executivo das localidades ou regiões, do Legislativo, dos Sindicatos de Trabalhadores e das Associações de Moradores de Bairros.

Art. 5º - Deverá ser contratado seguro de acidentes pessoais para todos os participantes do Programa.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º - Para atender às despesas resultantes de aplicação desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais no Orçamento do Estado até o limite de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Art. 8º - Para atender às despesas resultantes de aplicação desta lei, além do que dispõe o artigo 7º, fica o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo do Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego.

Parágrafo Único - O Fundo do Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego será constituído de:

- a) dotações orçamentárias do Estado;
- b) captação de recursos junto ao Governo Federal ou provenientes de convênios ou acordos;
- c) resultado financeiro de suas operações de crédito;
- d) doações.

Art. 9º - Os créditos de que trata os artigos 7º e 8º serão cobertos na forma prevista no parágrafo 1º

do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Apoio: Hermes da Fonseca e Ângelo Vanhoni  
JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei cria o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego, de caráter assistencial, que tem por objetivo proporcionar ocupação e renda para até 20 mil trabalhadores integrantes de parte da população desempregada, por meio da concessão de bolsa-auxílio desemprego no valor mensal de R\$150,00 (cento e cinquenta reais), complementada com o fornecimento de cesta básica, auxílio-transporte e a realização de curso de qualificação profissional.

A participação no Programa depende de alistamento, mediante seleção simples, com observância dos critérios definidos no projeto, e implica na colaboração, em caráter eventual, sem vínculo empregatício, com a prestação de serviços à comunidade ou com órgãos públicos que a atendem.

O Programa de que trata a presente lei prevê o engajamento das Associações de Moradores de Bairros e das Centrais Sindicais. As Associações de Moradores de Bairros, pela estreita relação que mantêm com a comunidade, podem aferir melhor a conveniência e a necessidade, bem como auxiliar no alistamento dos trabalhadores a serem beneficiados pelo Programa. As Centrais Sindicais representam o efetivo engajamento da sociedade na resolução deste grave problema. A experiência destas entidades no trato de questões relacionadas ao desemprego é notória, tendo em vista que as mesmas conhecem este problema em sua forma embrionária.

Os atuais índices de desemprego que atingem parte expressiva da população em idade produtiva no Estado do Paraná são muito críticos, exigindo medidas urgentes para seu equacionamento. Segundo levantamento do DIEESE, somente na Região Metropolitana de Curitiba, o desemprego atinge a quase 20% da população economicamente ativa, o que representa cerca de 200 mil trabalhadores. Na região de Londrina, segundo estudo da Universidade Estadual de Londrina (UEL), existem mais de 100 mil pessoas desempregadas. Somente na cidade de Londrina o desemprego atinge entre 10% a 15%

da população. O Estado do Paraná, segundo levantamento do Ministério do Trabalho, foi o que mais desempregou no mercado formal de trabalho na Região Sul do País no último ano, com o fechamento de 35,6 mil postos de trabalho.

Portanto, as medidas constantes no presente projeto de lei inserem-no no esforço exigido do Poder Público e da sociedade para o enfrentamento desta mazela social que é o desemprego, que vem atingindo níveis nunca antes verificados, e tem levado à marginalização e à miséria milhares de trabalhadores.

Com este fundamento, espera-se a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 292/99  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Fundação Francisca Machado Ribeiro, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Francisca Machado Ribeiro tem por finalidade desenvolver e executar projetos nas áreas de: assistência social, moral, cívica, cultural, esportes, saúde, meio-ambiente, tecnológica, telecomunicações, transportes, turismo e lazer, visando o aperfeiçoamento da pessoa humana em geral, e em particular a infância, a juventude, a velhice e os excepcionais.

Por estas e outras razões que só enaltecem o papel da Fundação Francisca Machado Ribeiro perante a sociedade, esperamos o apoio dos nobres Deputados para a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passamos ao Pequeno Expediente.

O primeiro orador inscrito, com a palavra, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares. Tivemos, na terça-feira passada, uma sessão nesta Casa, em que 18 Deputados que haviam encaminhado um pedido de instalação de uma CPI, de constituição de uma CPI, retiraram sem explicações -

digam-se de passagem - as suas assinaturas do requerimento que embasava esta CPI.

Este requerimento foi apresentado à Mesa, após uma sessão bastante discutida e tumultuada, e foi aprovado, foi dado conhecimento pelo Senhor Presidente que estava presidindo os trabalhos.

Entendemos, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que o ato de constituição de uma CPI, é um ato que está estabelecido nos artigos 35 e 36 do nosso Regimento Interno. E o que diz os artigos 35 e 36?

"Art. 35 - As Comissões Especiais serão constituídas por determinação da Assembléia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

Art. 36 - A Assembléia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito, para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento."

O que aconteceu, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, com a CPI da SERCOMTEL, COPEL, Banco FonteCindam? Um grupo de 23 Deputados assinou requerimento, encaminhou à Mesa e este requerimento, após ter sido observado pelo Senhor Presidente, como determinam os parágrafos 1º e 2º do art. 36. O art. 367, no seu § 2º diz: "... recebido o requerimento, o Presidente o mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais. Caso contrário, devolvê-lo-á ao autor. Cabendo desta rescisão, recurso ao Plenário.

O Presidente Anibal Khury, presidindo a sessão, recebeu o requerimento, constatou que - Senhor Presidente e Senhores Parlamentares - existia fato determinado, número de assinaturas necessárias - tanto que houve três ou quatro sessões dadas de prazo para que as pessoas confirmassem as suas assinaturas - e havia determinação do número de membros, quantos membros comporiam esta CPI.

Baseado neste requerimento de 23 assinaturas, encaminhado espontaneamente pelos seus signatários para a Mesa, o Presidente da Assembléia Legislativa baixou o Ato do Presidente de número 01/99. E esse ato diz:

"ATO DO PRESIDENTE Nº 001/99

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20 do Regimento Interno,

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composto de 07 (sete) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos Senhores Deputados: Duílio Genari, Nelson Garcia, Ademar Luiz Traiano, Péricles Mello, Irineu Colombo, Hidekazu Takayama, Durval Amaral, Luiz Accorsi, Tony Garcia, Luiz Carlos Zuk, Tiago Amorim Novaes, Cesar Seleme, Augustinho Zucchi, Fernando Ribas Carli, Plauto Miró Guimarães, Edno Guimarães, Cezar Silvestri, Moysés Leônidas, Ricardo Chab, Ângelo Vanhoni, Cleiton Kielse, Beto Richa e José Maria Ferreira, na sessão do dia 24 de maio de 1999, com fundamento no § 3º do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, num prazo de 120 (cento e vinte) dias, para investigar a transação realizada entre COPEL, SERCOMTEL, Prefeitura Municipal de Londrina e Banco FonteCindam. A Comissão é constituída por um (01) Deputado do PFL, PTB, PMDB, PT e PDT, respectivamente. Publique-se no Diário da Assembléia e no Diário Oficial do Estado para que produza os efeitos legais.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente"

Senhor Presidente, houve um questionamento, naquela sessão, quanto ao número de integrantes da Comissão. Houve uma posição de Deputados desta Casa, dizendo que o número estava constituído, era 7 Deputados. Por que 7 Deputados? Porque todas as Comissões eventuais desta Casa são formadas por 7 Deputados. As Comissões, inclusive as Comissões Permanentes da Casa, existe um Deputado por partido fazendo parte desta Comissão. E o Sr. Presidente, naturalmente apoiado pelo Regimento Interno, da Casa, determinou quais os partidos a colocarem os seus representantes num número de 7. Portanto não havia razão nenhuma para discutir ou alterar número até porque não podia mais alterar número em cima de um ato do Presidente formal, determinado!

Então, Sr. Presidente, esta Comissão está constituída, é um ato formal do Presidente. ela está constituída! Ela independe, inclusive, de votação. Assinada por 1/3 dos membros do Parlamento, a Comissão Parlamentar de Inquérito está instituída, ela é lida e mandada publicar desde que preencha os requisitos que foram preenchidos, analisados pelo Sr. Presidente, tanto que baixou o ato da Presidência.

O ato do Presidente lido em Sessão Plenária na Assembléia Legislativa, completa os requisitos de constituição da CPI e torna preclusa qualquer manifestação posterior, pois já transforma em ato consumado. Uma dúvida: nós não temos uma legislação específica que diga qual o instante que uma CPI está constituída, a não ser o ato formal do Presi-

dente, que analisando os elementos para sua constituição, a constituiu. Este é o momento, o demais tem a ver com o código de processo penal, código de processo civil, com a percução de tempo do instante em que poderia se levantar qualquer dúvida. Mais eis que esse ato é praticado e transcorre uma sessão, encerra-se uma sessão, tem-se uma abertura de uma outra sessão um outro dia, e num outro dia os parlamentares desistem das suas assinaturas, e nós declaramos extinta a constituição da CPI.

Não, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a CPI está constituída, pelas 18 assinaturas, essa fase da CPI está superada, se na frente esta CPI for instalada, não for instalada, se os líderes indicarem os seus representantes ou não indicarem, se transcorrer o prazo de 120 dias e chegar alguma audiência ou não chegar alguma audiência, isso é outra história. Agora, constituição da CPI é ato perfeito, concluído, terminado, não cabe retirar porque senão, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nós poderíamos votar um projeto de lei aqui na Assembléia hoje, eu voto favorável a ele, e amanhã eu venho aqui na Assembléia e digo: - Não, me arrependi de ter votado ontem e retiro o meu voto, daí retirando o voto concedido na sessão anterior passa não valer. Quer dizer, não é exatamente desta forma que as coisas andam.

Nós entendemos pelas posições, em respeito, Sr. Presidente Anibal Khury, ao ato de V.Exa., ao ato do Presidente do nº 1/99, que constitui no dia 24 de maio a CPI, que ela está constituída. A retirada de assinaturas ou não isso é outra história.

Isso pode influenciar na instalação da CPI. Não discutimos isso, isso é o próximo passo. agora, as pessoas não podem após um ato ser consumado, que o ato oficial da Presidência, lavrado o termo, assinado, lido em sessão, não pode voltar atrás.

Nós temos um exemplo típico nesse nosso país, que aconteceu assim, são atos unilaterais de vontade. O Presidente da República, Jânio Quadros encaminhou um ato de renúncia, que é um ato unilateral, foi lido na sessão daquela tarde, e automaticamente no final da sessão se consumou.

Eu pergunto: - Poderia na 2ª feira retornar o Presidente que havia encaminhado um pedido de renúncia, e dizer: Não, eu me arrependi, agora eu quero retirar essa solicitação que havia sido consumada, não é possível! Não se pode, sob pena de pôr em risco a própria sustentação das leis.

Então as pessoas, após a constituição da CPI, pela retirada da assinatura não desconstitui a CPI. ela é o elemento essencial para estar presente no ato da constituição, após o ato da constituição NÃO! É perfeitamente normal e admissível aos 23 Deputados que assinaram, enquanto esteve na Mesa, durante 4 dias aguardando para leitura o pedido da

CPI, a qualquer instante poderia se retirar a assinatura e não dar número para ela. Mas a partir do momento que o Presidente tornou pública e baixou um ato oficial da Assembléia Legislativa desse Poder, declarando constituída a CPI, em cima das 23 assinaturas nominadas no ato da Presidência, encerrada a sessão, 24 horas depois se abre uma nova sessão e a pessoa diz: Não era de brincado que eu tinha assinado, não valeu a minha assinatura, era só para dar um susto no governo ou não era não sei para quê, eu vou tirar a minha assinatura, não tira mais. Não tira mais! Poderá como eu disse as lideranças não indicarem os seus membros para constituir a CPI, mas para instalar a CPI, mas a constituição dela é ato perfeito da Mesa. Por isso, que nós da Oposição, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, não concordamos com isso que foi feito pelo Plenário desta Casa ou por alguns dos integrantes. E eu só para não cansar, toda vez, gostaria de nominar todos os que tiraram a assinatura, porque vim do interior inclusive, e todo o interior comenta essa barbaridade da Assembléia instalar uma CPI num dia e cancelar a CPI no outro dia, como se isso tivesse sido por todos os Deputados, tivesse sido praticado pela Assembléia Legislativa, fosse um ato de responsabilidade da Assembléia Legislativa, quando na verdade não o foi quando na verdade esse ato tem nome e esses nomes precisam ser colocados a partir do momento em que eles faltaram na assinatura para dar sustentação, a hora de pensar sobre a seriedade de instituir uma CPI, que aliás nós colocamos muito claro numa reunião que fizemos com os Deputados da situação: CPI é ato extremo da Assembléia Legislativa, quando os diálogos, quando as conversações, quando os pedidos de informações falharam, a CPI é ato final, porque ela é o maior momento do Poder Legislativo. No instante em que nós começamos a brincar com CPI, nós perdemos o grande momento do Parlamento de poder ter poder investigatório, de poder ter autoridade investigatória para poder levantar os fatos.

Então, gostaria, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, de dizer: nós, Sr. Presidente - Anibal Khury, respeitando o ato formal de V.Exa. baixado, assinado, lido em Plenário é o ato de comunicação oficial deste Poder aos Srs. Parlamentares.

Nós ficamos inconformados com a constituição, com a desconstituição dessa CPI. Poderíamos admitir que a maioria fosse suficiente para não indicar a instalação da CPI, mas a desconstituição, não. Entendemos que ela fere o princípio regimental. Por isso, nós respeitamos a este Parlamento, pela valorização deste Parlamento, nós vamos entrar com um mandado de segurança contra o ato da Mesa que destituiu, desconvocou a CPI após ela ter sido, oficialmente, por documento, espalhado pela imprensa, por todos. Nós queremos saber até onde

podem, os Deputados, brincar de assinar e depois retirar assinatura. Eu me pergunto: se instituísse a CPI, os Partidos indicassem os membros, a CPI começasse a funcionar e daí os signatários que colocaram a assinatura para fazê-la, dissessem: não, nós vamos retirar a assinatura....

Nós vamos discutir isso, até porque isso servirá, sem dúvida alguma, como uma forma de nós podermos ter uma jurisprudência a respeito disso, saber quando que se constitui uma CPI. A nossa defesa é de que a CPI se constitui no ato formal da Presidência e esse ato formal da Presidência está aqui revestido de todos os elementos; um fato concreto, as assinaturas necessárias, o tempo e a indicação dos membros. Isso formalizou a constituição, como não poderia ser diferente de um Deputado da experiência do Deputado Anibal Khury que preside esta Casa. Agora a retirada da assinatura "a posteriori", dá licença... eu uso, Sr. Presidente, uma expressão que V.Exa. usou muitas vezes aqui: "Deus não protege aqueles que dormem". e o pessoal dormiu e deixou anunciar e após anunciada ela se constituiu. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Esta Presidência entende que estamos diante de uma questão de hermenêutica, até porque deveríamos interpretar o que se entende por instalação e por composição da CPI. É evidentemente que a Mesa Diretora da Casa agiu nessa questão com a maior responsabilidade e sem pender para qualquer um dos lados. Entende que em hipótese alguma teria condições de compor uma CPI ou instalar uma CPI, a partir do momento que não tinha o número suficiente de assinaturas. Portanto, sem entrar no mérito, deixando a questão para a hermenêutica, a Presidência da Casa agiu dentro do Regimento Interno, a meu ver, e com a maior isenção possível.

Passa-se ao segundo Orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Inicialmente, queremos manifestar nossa postura favorável ao pronunciamento do Deputado Caíto Quintana por que entendemos da mesma forma.

A Bancada do PT entende que a CPI já está formalizada, instalada e o fato de Deputados que assinaram retirarem as assinaturas não invalidariam, em hipótese alguma, este fato que já havia acontecido.

Portanto, nossa solidariedade à posição do Deputado Caíto Quintana do PMDB e nós do PT

assinaremos junto o Mandado de Segurança contra a decisão da Mesa a que aludiu o Deputado Caíto Quintana.

Além disso, colocaria mais um argumento que é muito esquecido nesta Casa e temos batido nele há muito tempo. É a questão do “Direito da Minoria”. O Estado democrático só existe se as minorias têm direitos, senão não existe. As maiorias, na democracia governam, aqui nesta Casa as maiorias votam e aprovam ou não Projetos de Lei, agora, as minorias têm o direito à informação e à fiscalização das maiorias, senão não existe Estado de Direito. Existe um termo que foi muito usado no Brasil uma época, chamado “Ditadura de Maiorias”. Nós questionamos inclusive o regimento desta Casa que obriga o Pedido de Informação a passar pelo Plenário. Acha-mos que este Regimento fere a Constituição do País porque o direito a informação é um direito do cidadão brasileiro, quanto mais de um Deputado que representa muitos cidadãos e que é o represen-tante outorgado pelo voto e detém um mandato coletivo e, portanto, as maiorias não tem direito de impedir a informação e o poder fiscalizatório das minorias.

Acho que este argumento, Deputado Caíto, deve ser invocado também no Mandado de Seguran-ça que estamos a entrar no Judiciário porque uma CPI, pelo próprio Regimento da Casa, dezoito membros, ou seja, a minoria de membros, tem o direito de assinar uma CPI. A CPI é um momento em que esta Casa expressa concretamente o direito da minoria que é o direito da democracia sem o qual não existe Estado democrático.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputa-dos. Subo à tribuna nesta tarde para falar de um tema que está na consciência de cada um de nós. É de um problema social grave que se aprofunda a cada dia e que sentimos cotidianamente quando saí-mos às ruas, quando visitamos os bairros da cidade, os locais de trabalho e assim por diante.

A grande questão desta época é a questão do desemprego. Na grande São Paulo, um em cada 20 paulistanos estão desempregados. Isso através de uma análise formal de índices que não refletem o mundo real, nós sabemos disso. O índice de desem-prego no Brasil é enorme, na minha cidade Ponta Grossa, nos locais mais pobres, pesquisas demon-stram que mais de 50% da mão de obra está desem-pregada. Nas favelas existem mais de trinta mil pessoas morando e mais da metade delas está desempregada.

Acho que a Região Metropolitana de Curitiba reflete isso e todo o Paraná. Alguns Municípios em maior número, outros em menor mas, sem dúvida é um problema gravíssimo que tende a se aprofundar em função do modelo econômico vigente no País, um modelo que não só gera desemprego, um mod-

elo que destruiu nossa indústria, que modernizou setores da sociedade que não precisavam ser mod-ernizados, um modelo que concentrou a terra exclu-indo o homem da terra, o camponês, que às vezes tem que apelar para ocupações porque não tem outra alternativa.

E, nós achamos que neste momento histórico, o Estado deve ser o agente catalizador, deve ser o instrumento que deve mobilizar a sociedade contra este problema do desemprego.

Em função disso nós estamos apresentando um Projeto de Lei que se baseia num projeto apre-sentado pelo Governador de Estado de São Paulo, Mário Covas, com relação ao desemprego. É um projeto que cria um programa emergencial de auxílio ao desemprego de caráter assistencial, a ser coordenado pela Secretaria de Estado de Emprego, Relações e Trabalho, visando proporcionar ocu-pação, renda e qualificação profissional para até vinte mil trabalhadores integrantes da população desocupada residente no Estado do Paraná.

Evidente que esse número, vinte mil, é um número muito pequeno se avaliarmos o contingente de desempregados no Paraná, vinte mil é um número muito pequeno; mas como eu disse, é o iní-cio de uma tomada de atitude, é um início de uma forma de marcar posição com relação a esse prob-lema, fazendo com que a sociedade paranaense passe a se mobilizar.

Esse Projeto sendo aprovado nós estamos incentivando a que também os Municípios para-naenses criem Projetos semelhantes no âmbito Municipal do seu território, e podemos talvez no início gerar um grande número de empregos, e dando certo podemos incentivar a sociedade a par-ticipar da criação do fundo, a fazer doações, os sindicatos, enfim, a cidade como um todo vai quali-ficar a sua ação e agir de fato com relação a esse grave problema.

Portanto, Senhores Deputados, nós espera-mos ser aprovado esse Projeto e que o Governo do Paraná tenha consciência histórica para fazer com que o Projeto tenha vigência imediata.

Diz nosso projeto que 30% das vagas exis-tentes à população desempregada devem ser desti-nadas à pessoas residentes nos Municípios mais pobres e com maior índice de desemprego do inte-rior do Estado, ou seja, no máximo 70% ficaria na região metropolitana e no mínimo 30% dessas vagas sendo destinadas ao interior do Estado, àqueles Municípios mais pobres.

O programa que se refere diz o artigo seg-undo: consiste numa concessão de bolsa a auxílio desemprego no valor mensal de 150 reais, no fornecimento de cesta básica, auxílio transporte e na realização de cursos de qualificação profissional, ou seja, a pessoa que fizer parte desse programa após

um processo de seleção ela vai trabalhar mas ao mesmo tempo se qualificar profissionalmente. Ou seja, quatro dias ela trabalha em frente de trabalho, em questões prioritárias do Governo, por exemplo, construção de casas populares, saneamento básico, limpeza, ou seja, uma destinação a ser escolhida pelo próprio governo como prioridade, e um dia da semana esse trabalhador se qualifica profissionalmente para se adequar a modernização e as transformações que acontecem no mundo do trabalho. Ou seja, tem um sentido maior do que um simples emprego é o da qualificação profissional como um trabalho. E os benefícios de que trata o artigo serão concedidos pelo prazo de seis meses, prorrogáveis por no máximo por mais seis meses, sendo de cada família uma só pessoa pode participar e receber esse benefício. Ou seja, nesse tempo em que trabalha e recebe o auxílio pequeno claro, o trabalhador vai melhorando a sua vida e tendo condições de até criar alguma alternativa de sobrevivência logo após o término da bolsa cedida pelo Governo do Estado.

Do que se refere as condições para o alistamento do programa nós colocamos os seguintes requisitos: primeiro, a situação desemprego superior a um ano e seis meses, residência no Município onde será prestada a colaboração prevista no artigo quatro a mais de um ano e meio, e apenas um beneficiário por família.

Nós achamos que sem dúvida nenhuma a aprovação é Regime de Urgência desse Projeto, sinaliza para a sociedade a preocupação dos órgãos públicos do Paraná com esse grave problema que é o desemprego, que é inadiável essa preocupação. A violência nas ruas aumenta, o sofrimento das pessoas, a mortalidade infantil, e toda essa chaga social que nós muito bem conhecemos.

Espero, Senhores Deputados, que a aprovação na Assembléia seja um símbolo desse Poder e que através desse exemplo outros Municípios do Paraná passe a ter essa preocupação aprovando projetos semelhantes.

Entraremos hoje com esse Projeto, Senhor Presidente, e logo a seguir com Requerimento pedindo Regime de Urgência para a sua aprovação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

3º orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Srs. Deputados, é com satisfação que comparecemos à Tribuna na tarde de hoje, para relatar rapidamente aos nobres colegas a respeito da participação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por ocasião da III Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais. Esta conferên-

cia, como sabem os srs. deputados, transcorreu nos dias 26, 27 e 28 de maio na cidade de Recife e teve a nossa representação dos companheiros Deputados César Seleme, Irineu Colombo e Hermes da Fonseca. Essa III Conferência atingiu todos os objetivos para os quais foi idealizada e uma participação muito significativa de Deputados de todos os 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, através da Câmara Legislativa.

Em outras conferências nós nunca tivemos a participação de todos - uma presença ao redor de 300 Deputados estaduais de todo o Brasil.

No dia 26, à tarde, o primeiro trabalho dessa conferência foi a reunião da frente parlamentar em defesa da autonomia dos Estados, que justamente busca assegurar aos Estados não só a sua autonomia, mas que os Estados possam continuar prosperando em frente ao governo Federal, que a todo instante e a toda hora retira dos Estados as suas atribuições, principalmente, os recursos, que são necessários para o desenvolvimento dos Estados.

Na quinta-feira, pela manhã, Sessão Solene de abertura, com a presença do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, com a presença do Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, do nosso Presidente Miguel Martini, do Ex-Senador Fernando Lira, enfim, as mais altas autoridades constituídas do Brasil e do Estado do Pernambuco, lá se fizeram presentes - na sequência todo o desenrolar de todos os painéis e debates que foram programados. O primeiro deles: o poder central x autonomia dos Estados; o segundo: os desafios para o parlamentar do século XXI; a construção de um novo pacto federativo; o momento econômico do Brasil na visão cristã; o orçamento público e controle externo do sistema federativo. Na parte da tarde, do último dia, grupos temático discutindo a questão dos recursos hídricos; da mulher no Parlamento; da informática aplicada ao Legislativo; a previdência parlamentar. Ao final a Sessão de encerramento precedida da discussão de assuntos gerais da eleição da nova diretoria.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que o Paraná ocupou o seu espaço a nível Nacional, ao participar dessa III Conferência Nacional da UNALE - que é a nossa entidade representativa que congrega 1.059 Deputados estaduais de todo o Brasil. E pode o Paraná, estando presente, ocupar um espaço de destaque nessa conferência, ao indicar o companheiro Irineu Colombo para o Conselho Fiscal dessa entidade, ao indicar o companheiro Deputado César Seleme para a Diretoria Regional Sul. E de termos tido, nós, a oportunidade de sermos eleito como o 1º Vice-Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais. Até então o Paraná teve uma participação destacada por ocasião da existência da UPI - União Parlamentar



Interestadual, que teve na pessoa do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira a Presidência dessa entidade, atribuída a um paranaense. Depois disso o Paraná sempre participou, tanto da UPI como do colégio de Presidente e posteriormente da UNALE imposições menos destacadas e de menos importância dentro do caráter de importância e influência.

Desta feita, com a nossa eleição a 1ª Vice-Presidência, do Deputado César Seleme, como diretor regional sul e do Deputado Colombo, para o conselho fiscal, tenho certeza que podemos influir, de forma destacada, nas ações dessa nossa entidade, que é tão importante para nós os Deputados estaduais, como importante é a OAB, para os advogados, a CONTAG para os trabalhadores rurais, como importante é a CNI para os industriais, como é a CNA para os agricultores deste País.

A UNALE busca, através de congregação de esforços, de uma estruturação administrativa, em Brasília e através de uma frente parlamentar em defesa dos legislativos estaduais, a nível do Congresso, fazer com que, cada vez mais, o parlamentar estadual tenha a ele atribuído o respeito que lhe é devido. Que lhe seja dado, cada vez mais, condições de legislar sobre assuntos específicos que interessem ao seu estado e a sua região. Coisa que hoje não é possível já que com a Constituição de 88 praticamente toda a legislação que podemos fazer vem um segundo plano, sempre obedecendo uma legislação maior, sempre engessada a uma legislação maior que é a legislação federal. Muitas vezes nós não podemos interferir nos assuntos de interesse municipal, dada a autonomia dos municípios, inserida também na Constituição.

Então, o Deputado estadual hoje está como que num sanduíche, espremido de um lado pela Câmara federal e de outro lado pela Câmara municipal, não podendo, esta Assembléia Legislativa e as demais do Brasil legislar, por exemplo, sobre questões de trânsito que são, muitas vezes, específicas para cada Estado, sobre questões ambientais que também são específicas para cada Estado. Isso cria, de certa forma, uma situação de desconforto para o Deputado estadual que se sente muitas vezes, inútil, no desempenho de suas funções por total impedimento de legislar sobre assuntos os mais importantes para o seu Estado, para uma determinada região.

A UNALE, certamente, envia esforços, debate estes assuntos com o vigor que se faz necessário e a nossa presença e dos demais companheiros, hoje, ocupamos cargos de direção nesta entidade, propiciará a nós, da Assembléia do Paraná e a outras Assembléias oportunidades de debatermos assuntos que são do interesse de todos nós.

Já estamos programando uma primeira reunião para a nossa região sul, no Estado de Santa

Catarina, quando, com a presença do Senador Germano Rigotto vamos discutir a questão da reforma tributária desse País. Porque muitas vezes nós estamos aqui acompanhados, vendo o que acontece a nível de Congresso Nacional e não desenvolvemos as ações que deveríamos desenvolver para influir no debate e na aprovação de uma reforma tributária que interesse a nós, do Paraná.

Nós, por exemplo, por ocasião da conferência realizada lá em Recife, pelo Senador Germano Rigotto, o questionamos, mais uma vez, acerca da questão da imunidade tributária que poderia ser ao Paraná atribuída, fruto do ICMS que viesse a ser cobrado da energia elétrica, do combustível e seus derivados, processados aqui no Paraná, e tivemos, da parte dele, a palavra empenhada que este assunto será tratado com todo vigor, porque este assunto também interessa a outros Estados, conforme lá foi manifestado pelo Deputado Leonardo Arruda, do Rio Grande do Norte.

Então oportunidades como estas que nós precisamos ter para levarmos adiante a discussão de assuntos que interessam a todos nós. Os Deputados da Amazônia Legal, por exemplo, estiveram, durante toda a convenção, debatendo questões ligadas ao meio ambiente. Dentro de um projeto, por eles intitulado de Pacto Verde, iniciou-se um processo de discussão sobre toda a legislação ambiental, hoje existente no Brasil, e que afeta na visão, evidentemente dos Deputados da Amazônia Legal, o processo daquela região.

Por isso, Sr. Presidente, em meu nome, do César Seleme, do Hermes da Fonseca e do Irineu Colombo, que representamos juntos a Assembléia do Paraná, queremos agradecer a todos os parlamentares que nos permitiram representá-los, agradecer a Vossa Excelência que, no exercício da Presidência e posteriormente o Deputado Aníbal Khury, permitiu as condições para que nós nos deslocássemos para lá e representasse a Assembléia Legislativa. Tenho certeza que cumprimos com o nosso dever, cumprimos com o papel para o qual fomos designados, e tenho certeza que a Assembléia Legislativa do Paraná volta dessa conferência com uma representação maior do que tinha e com a possibilidade de influenciar nas discussões dessa entidade e dos debates a serem desenvolvidos, doravante pelas Assembléias Legislativas de uma forma mais firme, mais forte, até porque conhecimento de causa maior possui e participação mais efetiva conquistou por ocasião das eleições.

Era isso, agradecimento a todos, e a certeza de que neste Congresso fizemos o que foi possível e o que era de melhor se fazer em favor do Legislativo do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Essa Presidência, em nome de todos os Deputados da Casa cumprimenta Vossa Excelência pelo posto que foi eleito, 1ª Vice-Presidência da UNALE Vossa Excelência que tem sido ao longo dos anos um batalhador por essa nossa Entidade. E sem dúvida nenhuma o Paraná volta a recuperar a sua representatividade nesse Órgão de Classe, coisa que o teve há muito tempo atrás, quando-bem lembrado por Vossa Excelência, na ocasião do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Portanto, parabéns a Vossa Excelência, aos outros membros integrantes da Comitiva. E o Paraná, sem dúvida nenhuma está muito bem representado.

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças:

PT.

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni, no Horário da Liderança do PT.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, da Oposição ficamos impressionados e surpresos com a postura-não de toda a Bancada que dá apoio político ao Governo do Estado, mas sobretudo dos 18 Deputados que retiraram seus nomes do Requerimento que solicitava uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Há um mal estar muito grande na sociedade. Viajei por esses dias, tive algumas reuniões em algumas cidades do interior do Estado. E há em qualquer lugar aonde a gente participa de qualquer evento social há uma discussão muito grande na sociedade a respeito da CPI da COPEL e do SERCOMTEL, do porquê que os Deputados retiraram a assinatura e a CPI não se consumou. E isto, para a população, Senhor Presidente, não está claro de que apenas 18 Deputados que tinham provocado a CPI, de repente, num ato mágico, num ato-sem sombra de dúvida uma atitude inesperada, retiram a assinatura da CPI e o Presidente da Assembléia desconstitui a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para a população em geral, não dá para entender o que aconteceu. Quer dizer, de certa maneira eles acabam culpando e responsabilizando a Assembléia Legislativa, o Poder Legislativo como um todo, em função desse episódio a respeito da irregularidade da compra de ações da COPEL em relação ao SERCOMTEL ou o desaparecimento ou o porquê que a COPEL decidiu pagar 45 milhões de uma dívida de 22 milhões que o SERCOMTEL tinha com o Banco Fonte Sindam.

Em relação a isso, o nosso Partido fez uma reunião na semana passada e o Partido dos Trabal-

hadores decidiu dar um esclarecimento pública à população do nosso Estado.

Nós estamos providenciando um documento a ser distribuído para a população, relatando o episódio da Comissão Parlamentar de Inquérito, explicando a negociação entre o SERCOMTEL, a COPEL e o Banco Fonte Cindam didaticamente. Estamos descrevendo todos os atos a respeito da CPI que não foi instalada na Assembléia. Com o objetivo de esclarecer a população, os funcionários da COPEL, os funcionários do SERCOMTEL, a população de Londrina, de Cascavel, de Maringá, o meio universitário. E os Srs. Deputados que retiraram a assinatura não fiquem magoados, mas fomos obrigados a listar os Deputados que retiraram a assinatura inviabilizando a CPI, sem minimamente dizer qual a razão profunda que motivou a retirada dessas assinaturas.

Estamos confeccionando milhares de panfletos. São perto de trezentos mil panfletos que vamos distribuir. Os Deputados que aqui declinaram da sua assinatura no documento para investigar uma irregularidade entre três empresas do nosso Estado: Prefeitura de Londrina, SERCOMTEL e COPEL. Infelizmente, teremos que registrar o nome de todos os Deputados que retiraram as assinaturas. A Bancada do PT, os três nomes e os dois Deputados do PDT que assinaram a CPI, mantiveram seus nomes e as suas assinaturas. Assim como a Bancada do PMDB que, através de um Requerimento, manteve as suas assinaturas na CPI.

Para que não haja nenhuma má interpretação quando os Srs. Deputados encontrarem esses panfletos na rua, mas é em função de uma necessidade de que a CPI se constitua e também porque não entendemos porquê a Assembléia Legislativa deixa de fazer a sua atribuição constitucional, que é fiscalizar o Poder Executivo e as suas ações.

Por isso, Senhor Presidente, a partir dessa semana, vamos aproveitar o feriado para fazer umas remessas de material gráfico para o interior do Estado, esclarecendo o povo do Paraná a respeito da CPI.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

PFL, PSB, PPB, PTB, PSC, PDT, PL, PSDB, Lideranças do Governo.

**(Declinam)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mesangem nº 010/99, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, solicitando a autorização para afastar-se do

país entre os dias 04 e 16 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da América, a fim de tratar de assunto particulares. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco) de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de Apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04(quatro) de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, com apoioimento dos Srs. Deputados Hermes da Fonseca e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/99, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Proprietários do Balneário das Gaivotas, com sede e foro no Município de Matinhos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto Evangélico Moriá de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - IEMODAEC, com sede e foro na Cidade de Cornélio Procopio. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Pastor de Quedas do Iguaçu, com sede e foro na Cidade de Quedas do Iguaçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR Municipal Ação Social do Município de Clevelândia Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. 20, de 05.04.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 137/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o PROVOPAR Municipal - Ação Social do Município de Clevelândia - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6997/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável

Sala das Comissões, em 25.05.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente;

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/99, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. 24, de 12.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 158/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comercial Industrial e Agrícola de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6997/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.05.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 248/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, declara de Utilidade Pública o Patronato do Idoso de Antonina - PIA, com sede e foro no Município de Antonina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. 46, de 17.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 248/99

**P A R E C E R :**

O presente Projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Patronato do Idoso de Antonina - PIA, com sede e foro no Município de Antonina, deste Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6997/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.05.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
EDSON PRACZYK - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de

Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 46, de 17.05.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 253/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu, deste Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6997/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Queria registrar a presença na sessão de hoje, dos Vereadores da Cidade de Ângulo, Vereador Moíses Gomes, que é o Presidente da Câmara Municipal, João Ricardo e José Manoel, que hoje nos dão a honra de suas presenças aqui na sessão da Assembléia Legislativa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente anotado sejam bem-vindos à Casa.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1129 de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pesutti e Edgar Bueno, constante do expediente. **Em Discussão.**

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Para discutir, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1104, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em Discussão.**

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Para discutir, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1139-B de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1064 e 1065, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1067, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1069, de autoria do Senhor Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1076, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1077, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1094, de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1101 e 1102, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1105 e 1123, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1100, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1126, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1127, de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1128, de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1130, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1062, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1073 a 1075 e 1118 a 1122 e 1124, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1080 a 1082, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1083 a 1091 e 1112 a 1115, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1134 a 1138, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1139-C de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em Votação.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa procederá à verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Luiz Carlos Zuk, queiram levantar-se: 8 Senhores Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

Dezesseis Deputados rejeitam o requerimento.

Está **rejeitado** o requerimento.

É verdade, adia-se, erramos na conta aqui.

Adia-se o requerimento para o dia de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 01, à hora regimental, com a seguinte:

## ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 137, 158, 248 e 253/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 250, 251, 254 e 255/99.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/99.

Levanta-se a sessão.

**Atas das Comissões:**

**COMISSÃO ESPECIAL DOS MANANCIAIS DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos cinco dias no mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões da COMEC, os Membros da Comissão dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, sob a Presidência do Deputado Algaci Tulio e contando com as presenças do Deputado Edson Strapason, e também, dos Senhores Paulo Kawahara, Diretor-Presidente da COMEC e Doutora Zulma, que apresentaram um amplo relato sobre a atuação de sua entidade sobre o assunto dos mananciais na Região Metropolitana de Curitiba. Após as exposições foi aberta a palavra aos Senhores Deputados, conforme as Notas Taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E  
ESPORTES**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes na Sala de Reuniões, com as presenças dos Deputados Irineu Colombo, Presidente da Comissão, e dos Deputados Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Cleiton Kielse, Moysés Leônidas e Pastor Edson Praczyk. Estando presente, também, as seguintes pessoas: Sueli Seixas, vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação, Jurandy Seyr, assessor do Conselho Estadual de Educação, Elizabete dos Santos, do Colégio Paulo Leminski, Zélia Maria Lopes Marochi, Superintendente/SEED, Silmara Cristina Saiton, AJ/SEED e Cecília A. Veiga de Macedo, AJ/SEED. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, colocando em votação o Projeto de Lei nº 042/99, relatado pelo Deputado Cesar Seleme. aprovado. Também foi aprovado a Moção de Apoio de irrestrito e total apoio à aprovação do Projeto de Curso Normal Nível Médio à Distância, pelo Conselho Estadual de Educação, proposto pela UNDIME-PR. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e

aprovada será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E  
ESPORTES**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a Presidência do Deputado Irineu Colombo. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 126/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, relator Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei nº 09/99, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, relator Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei nº 204/99, de autoria do Deputado Chico Noroeste, relator Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

**COMISSÃO ESPECIAL DOS MANANCIAIS DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a comissão Especial dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, sob a Presidência do Deputado Algaci Tulio e contando com as presenças dos Deputados Edson Strapason, Deputado Marcos Isfer, Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado Irineu Colombo e também as presenças do Senhor Sérgio Abu-Jamra Missael, Presidente da COHAB, do Senhor Álvaro de Carvalho Júnior, Diretor de Habitação, do Senhor Marco Aurélio Becker, Coordenador do projeto Habitação, do Senhor Amauri Costa Ferreira, vice-Presidente da Universidade da Água, do Senhor Omar Sabag Filho, da Senhora Simone Tânus, Coordenadora de projetos, da Senhora Rosemari Chaves, Coordenadora de Ensino, da Senhora Lúcia da Rocha Vilseque, da Associação de Moradores, do Senhor Isac Gonçalves de Lima e da Senhora Mariana Testa de Lima. O Senhor Presidente abrindo os trabalhos, passou a palavra ao Senhor Sérgio Abu-

jamra Missael Presidente da COHAB, que apresentou um amplo relato sobre a atuação da COHAB em Curitiba e na Região Metropolitana. Após a exposição, foi aberta a palavra aos Senhores Deputados e participantes, conforme as notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E  
ESPORTES

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes na Sala de Reuniões, com as presenças dos Deputados Irineu Colombo, Presidente da Comissão, e dos Deputados Algaci Túlio, Péricles Mello, Moysés Leônidas e Pastor Edson Praczyk. Estando presente, também, as seguintes pessoas: Isolde Benilde

Andreatá, Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Maria Dativa, Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Elza Huren, (APP), Jurandy Seyr, Conselho Estadual de Educação, Surli C. Moraes Seixas, Conselho Estadual da Educação. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos colocando em votação os Projetos de Lei nº 057/99, relatado pelo Deputado Cleiton Kielse. APROVADO. Projeto de Lei nº 202/99, relatado pelo Deputado Pastor Edson Praczyk. APROVADO. Logo em seguida passando a palavra a professora Elza Huren, que apresentou um amplo relato sobre o Fundo Rotativo. Após a exposição, foi aberta a palavra aos Senhores Deputados e participantes, conforme as notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) IRINEU COLOMBO

Presidente

RICHARD RUPPEL SOTTO MAIOR

Secretário